

NÚCLEO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS – NISP  
DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS - DIPES

PROJETO: Estratégias e Práticas de  
Inovação Social como Vetor de  
Indução e Aperfeiçoamento das  
Políticas Públicas para o  
cumprimento da Agenda 2030

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO PROJETO

**VERSÃO PARA DISCUSSÃO**

**RECIFE, NOVEMBRO DE 2020**

Estratégias e  
Práticas de  
Inovação Social  
como Vetor de  
Indução e  
Aperfeiçoamento  
das Políticas  
Públicas para o  
cumprimento da  
Agenda 2030

## APRESENTAÇÃO



## APRESENTAÇÃO 1

Atualmente com mais de 70 anos de experiência em realização de pesquisas sociais, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) teve como origem o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, criado em 1949, para dedicar-se ao estudo das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do Nordeste e do pequeno lavrador dessa região, visando ao melhoramento dessas condições (Art. 2º da Lei 770/1949). Ao longo do tempo teve suas competências ampliadas, desenvolvendo atualmente estudos e pesquisas no campo das ciências sociais de forma abrangente.

## APRESENTAÇÃO 2

Ao longo de sua existência, a Fundaj tem desenvolvido pesquisas voltadas para análise e avaliação das políticas públicas instituídas, como instrumentos transformadores da realidade socioeconômica, principalmente, nas regiões norte e nordeste do Brasil. Nesse contexto, análises de políticas públicas lastreadas em estratégias e práticas de inovação social surgem como uma proposta de atuação desta Fundação, aderente à sua missão e objetivos, tendo como propósito a análise das políticas públicas considerando prioritariamente os programas sociais desenhados e operados pelo Governo Federal, com foco no aperfeiçoamento destas políticas públicas.

A inovação social é um conceito que se apresenta como novas ideias que solucionam problemas de cunho social ainda não atendidos nem pelo Estado, nem pelo mercado. Iniciativas desta natureza possibilitam a ampliação, qualitativa e quantitativa, de bem-estar para os cidadãos, promovendo desenvolvimento humano e transformando o contexto social.

## APRESENTAÇÃO 3

Usando os preceitos da Inovação Social, a Fundaj, através do Núcleo de Inovação em Políticas Públicas (NISP), desenvolveu o Projeto Estratégias e Práticas de Inovação Social como Vetores de Indução e Aperfeiçoamento das Políticas Públicas, no qual analisou os principais problemas que afetam a gestão de Programas Sociais selecionados do Governo Federal em 45 municípios de 10 estados brasileiros, a partir da opinião de mais de 700 gestores públicos e beneficiários desses Programas.

Os resultados desse projeto estão subsidiando o Governo Federal em práticas que visam aperfeiçoar processos de planejamento e gestão de seus programas, a fim de melhorar a qualidade dos serviços públicos proporcionados à população.

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO 1

A Emenda Constitucional n. 95 instituiu, para o exercício de 2017 e para os outros 20 subsequentes, um novo regime fiscal estabelecendo limites para despesas do orçamento primário e da seguridade. Considerando a nova norma constitucional, cujo propósito é de natureza fiscal (de contenção de gastos públicos), a **Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS)** e a **Fundação Joaquim Nabuco** iniciaram um projeto voltado para compreender quais estratégias e práticas poderiam ser desenvolvidas para melhorar as políticas públicas no que se refere ao desenho e a gestão dos programas federais e seus efeitos junto aos beneficiários.

A medida fiscal gerou a imediata necessidade de se buscar mais eficiência de gasto. De outra parte, o bem-estar e a satisfação das necessidades da população beneficiária dos programas federais têm que ser colocados na equação até porque, entre outras causas, essa restrição no aumento indiscriminado de despesas contribuiu para um movimento de inflexão na curva de redução da pobreza, descendente até 2015. A implementação desses programas sem um aumento progressivo do dispêndio pode ter contribuído para redução no bem-estar e na satisfação da população (beneficiários).

Diante desse desafio (redução de pobreza sem aumento de gastos), deu-se início a um debate de como melhorar o desempenho dos programas federais, por meio de estratégias que atendam aos critérios de eficiência e eficácia no planejamento e na gestão das políticas federais, em um ambiente de restrição fiscal e de aumento de expectativas da população quanto ao atendimento de suas necessidades, QUE GEROU O PROJETO EM TELA.

## INTRODUÇÃO 2

Este projeto objetiva realizar estudos e análises dos programas do Governo Federal, com ênfase naqueles programas da área social, com o objetivo de conhecê-los no que se refere às suas finalidades e institucionalidades, bem como às suas redes de cooperação, e discutir seus resultados, visando à elaboração do desenho de um marco estratégico voltado ao aperfeiçoamento das políticas públicas que incorpore práticas de inovação social com vistas a garantir a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a consolidação da Agenda 2030.

## INTRODUÇÃO 3

Abordar a temática das políticas públicas revela que o Brasil tem décadas de experiências que evidenciam pouca efetividade de alguns desses mecanismos de fomento e desenvolvimento. Ao se analisar os resultados e impactos no desenvolvimento das regiões brasileiras, as evidentes disparidades, mesmo considerando as condições de contorno das realidades locais e regionais, são visíveis nas demonstrações de pouca efetividade de grande parte das políticas nacionais. Logo, persiste uma dívida histórica que é alimentada por fatores tais como: ausência de visão sistêmica e descontinuidade de programas e projetos atrelados, contribuindo de forma significativa para os crescentes fatores de desigualdades sociais e econômicas entre as regiões, principalmente a região Norte e a região Nordeste. Apesar do termo sobre condições de contorno ser conceitualmente aplicável no campo da matemática no que tange a modelagem de sistemas diferenciais, a partir de equações diferenciais, aqui será utilizado para ilustrar as diversidades com olhar nos diferentes aspectos sociais, econômicos, ambientais, populacionais e culturais das regiões brasileiras.

## INTRODUÇÃO 4

Os governos têm pautado e aportado recursos financeiros na execução de políticas públicas, com o intuito de diminuir as desigualdades intra e inter-regionais. Uma iniciativa que precisa ser reconhecida, mas essa realidade persiste e se apresenta como um desafio a ser vencido pelos governos federal, estaduais e municipais, que precisam superar a ideia de políticas públicas “fatiadas”.

Ao se compreender que políticas públicas constituem um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou mesmo indiretamente, com a participação dos poderes públicos ou setores da iniciativa privada, estas devem considerar a participação social como elemento importante para gerar transformações sociais, culturais, econômicas e territoriais.

## INTRODUÇÃO 5

Segundo Jürgen Habermas (1984), as Políticas Públicas estão fundamentadas na origem do Estado de direito como Estado fiscal que se estabeleceu como o espaço público do poder político, em relação à sociedade civil. Portanto, podemos considerar que foi no cerne desta relação, que o sujeito de direito se constituiu como um cidadão que reivindicou e segue reivindicando ao Estado a elaboração de políticas públicas que possam prover as condições necessárias à vida em sociedade, logo, com participação dos sujeitos e geradoras de cidadania.

Neste sentido, os governos, ao pensarem políticas públicas de dimensão nacional, precisam dar ênfase à intersectorialidade, envolvendo todas as questões que compõem a cidadania que, parafraseando o filósofo alemão Jürgen Habermas, está intrinsecamente conectada a uma consciência política e à participação das pessoas de uma comunidade na tomada de decisão e ao sentido de pertencimento a essa comunidade. Isso impõe ao governo pensar em ações conjuntas, partindo do princípio que políticas públicas articuladas dão mais sinergia e coerência à gestão, o que possibilita abertura para uma ação educativa, como também para diminuir as desigualdades sociais.

## INTRODUÇÃO 6

- O PPA 2016-2019 no Programa 2038 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública têm como objetivo fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas e a articulação do atendimento as demandas e a resolução dos conflitos sociais.
- Neste sentido, a educação para a cidadania e a participação social são elementos que, dentro de um espaço institucional podem promover a Inovação Social, aqui entendida como um processo que, segundo Howaldt e Schwarz (2010), se estabelece a partir de uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais aplicáveis em determinadas áreas de ação ou contexto social e são geradas por determinados atores com o objetivo de melhor atender às necessidades e problemas da sociedade, buscando inovar na formulação, na gestão e no acesso às políticas públicas.

## INTRODUÇÃO 7

- A partir de 2015, a adoção de uma agenda de desenvolvimento sustentável pelos países convergiu para um acordo global sobre a mudança climática. Decorrente das ações e resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas associadas. Neste contexto, impulsionadas pelos ODM, parcerias foram estabelecidas pelas Nações Unidas junto aos governos e sociedade civil com o propósito de uma nova Agenda que fosse mais abrangente e ambiciosa, visando finalizar o trabalho dos ODM.

## INTRODUÇÃO 8

Esta agenda prevê um mundo com respeito universal aos direitos humanos, do Estado de Direito, da justiça, da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades permitindo a plena realização do potencial humano de modo a cooperar para a prosperidade compartilhada.

O plano de ação - Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável pode contribuir para a amplificação dos debates sobre os desafios presentes e discutir potenciais soluções, prevalecendo os ODS como ponto de partida. Há que se reconhecer que nessa proposta de uma agenda global, ao vislumbrar o território nacional, cada região brasileira possui desafios distintos para o alcance do desenvolvimento sustentável, particularmente em localidades que apresentem mais vulnerabilidades. Isto em certa medida promove um estímulo para que os países possam, a partir dos objetivos e metas sugeridas, definir suas próprias metas nacionais e, nesse contexto, a estratégia da Inovação Social possibilita transformações no desenho e operação das políticas públicas, enquanto mecanismo indutor de mudança de comportamento do cidadão, a partir dos processos formativos desenvolvidos junto aos beneficiários dos programas governamentais.

## INTRODUÇÃO 9

Temas transversais como saúde, fome, pobreza, educação, direitos humanos, água potável, energia limpa e acessível, trabalho decente, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, dentre outros, podem estimular a elaboração de programas atrelados a políticas públicas cujo núcleo central esteja convergente com a identificação de metodologias e novas estratégias que possibilitem ao país, o alcance dos objetivos propostos nessa Agenda.

O projeto Estratégias e Práticas de Inovação Social enquanto Vetor de Indução e Aperfeiçoamento das Políticas Públicas para o Cumprimento da Agenda 2030 almeja a partir do conhecimento e estudo dos programas ministeriais que detenham em suas políticas o desenvolvimento de processos formativos na perspectiva da educação para cidadania, pensar estratégias articuladas e integradas com vistas ao aprimoramento dos processos das políticas públicas. O objetivo principal é que estas contribuições às políticas possam torná-las mais eficientes e eficazes, gerando qualidade de vida e bem-estar para a sociedade.

## INTRODUÇÃO 10

O projeto foi concretizado em pesquisa por meio de uma parceria firmada entre o Departamento de Educação para Cidadania e Inovação Social, vinculado à Secretaria de Governo e a Fundação Joaquim Nabuco sendo as suas cinco primeiras etapas desenvolvidas nos anos de 2017 e 2018, conforme apontado na Figura 1, quando foram coletados os dados primários e realizadas análises de caráter preliminar do material levantado em campo. As etapas 7, 8 e 9 estão sendo coordenadas e desenvolvidas pela Fundação Joaquim Nabuco, com a proposta de uma reanálise do material coletado na visão de especialistas em inovação social, a fim de gerar o relatório final da pesquisa, numa perspectiva descritiva e prescritiva das ações de aperfeiçoamento para o setor público

Elaboração

Equipe NISP

Sergio Kelner (Coordenador)



Carolina Medeiros



Diogo Helal



Marcelo Asfora

# CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE DA PESQUISA

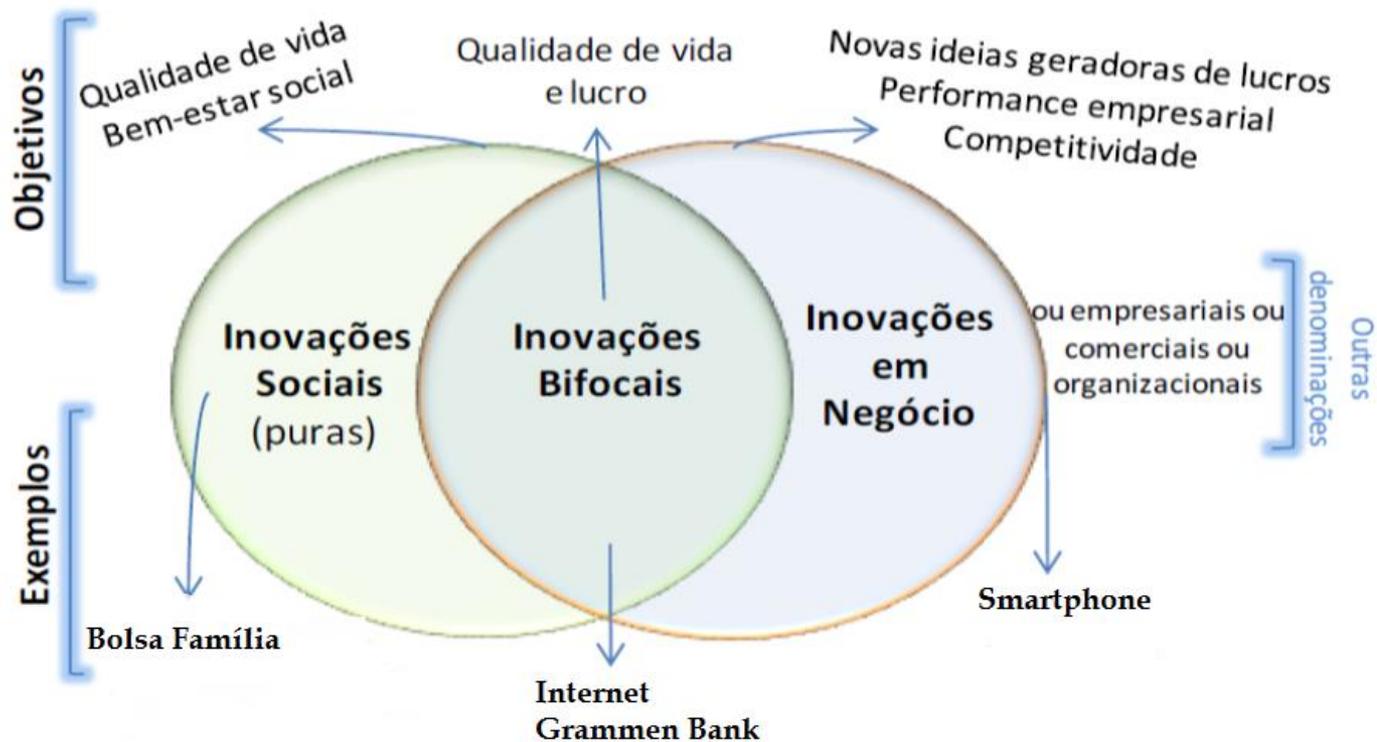


# O que é Inovação Social

**Inovações sociais (IS)** surgem como uma forma de beneficiar a sociedade em 1º lugar, diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação;

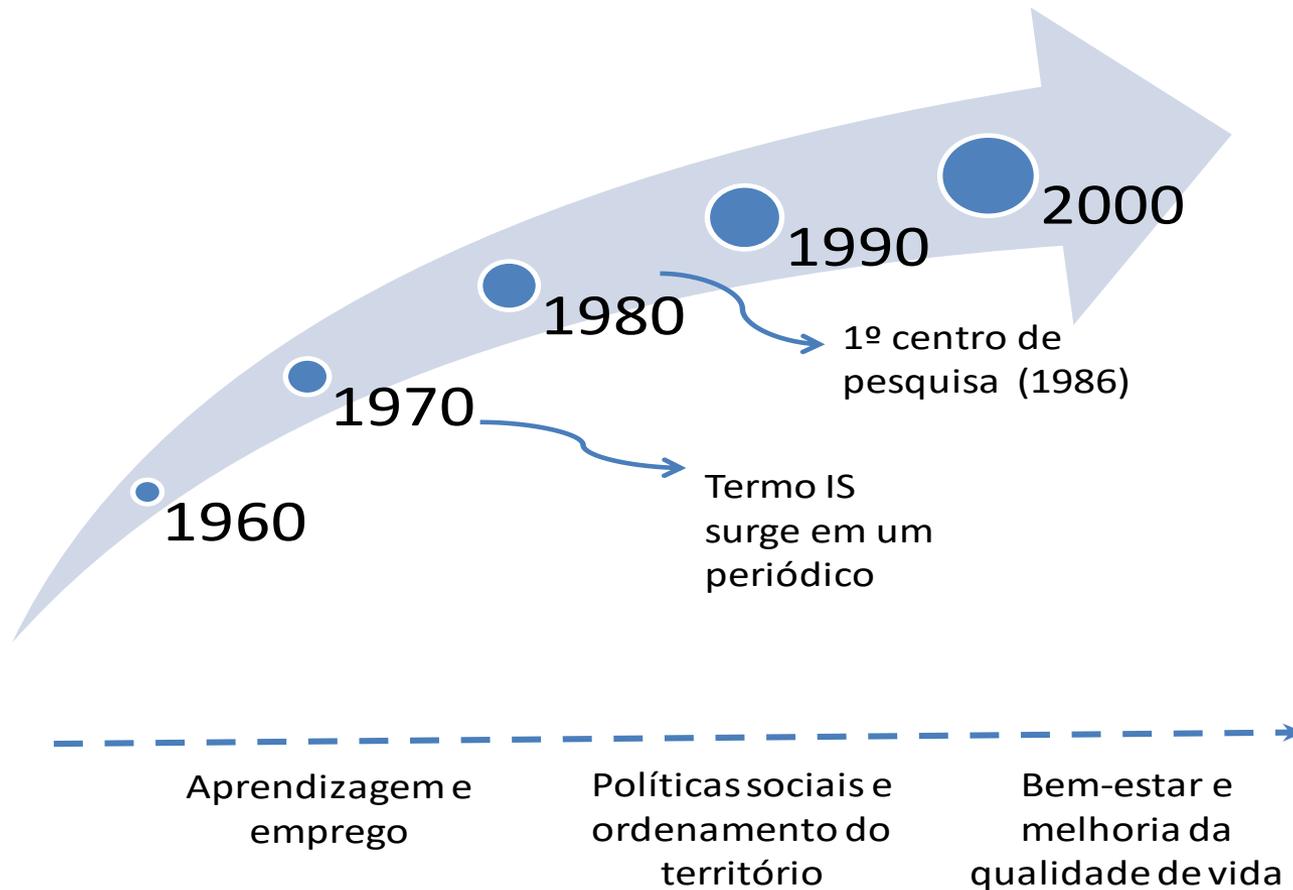
O termo “social” vem percebido como uma construção social em resposta a pressões da sociedade civil para a **melhoria do bem-estar humano e ambiental, visando à satisfação de necessidades não atendidas;**

**As IS não devem se manifestar apenas no nível de interação social,** mas podem apresentar-se também de forma concreta, como um novo produto ou uma nova tecnologia.



# O que é Inovação Social

# Contexto Histórico da IS



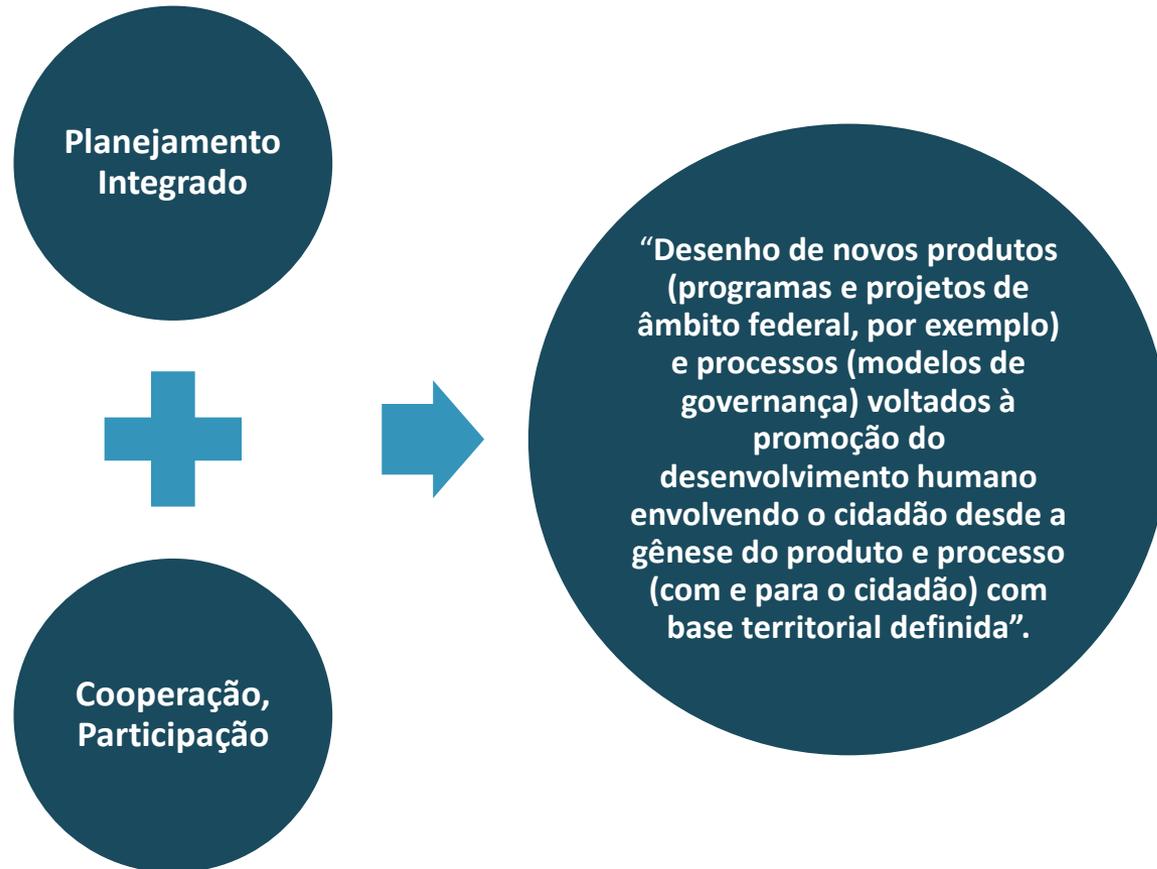
Fonte: Medeiros (2018)



## Definição de Inovação Social na Pesquisa

- IS significa desenvolver ideias ações e conhecimentos novos ou aperfeiçoados, mais efetivos, eficientes, sustentáveis que os existentes, cuja finalidade é superar as necessidades nas mais diversas áreas, por meio do empoderamento e participação, visando ao desenvolvimento sustentável.

# Conceito de Inovação Social em Políticas Públicas



# Abordagens da Inovação Social



## A IS como Processo

Baseada na capacidade dos atores;  
Modificação do papel de instituições existentes;  
Conceitos relacionados à inovação aberta.



## A IS como Resultado

Solução de problemas;  
Ganho de valor social por meio de uma inovação;  
Visão da IS como bem coletivo, que pertence à sociedade.



## As abordagens estão vinculadas

# O que é Inovação Social em Políticas Públicas

Propósito de promover o desenvolvimento humano, melhorando a eficácia da gestão nas três esferas de governo e envolvendo o cidadão nesse processo.

**Núcleo de  
Inteligência:  
Segov + Fundaj**

```
graph TD; A([Núcleo de Inteligência:  
Segov + Fundaj]) --> B[Métodos  
(estudos e  
abordagens de  
avaliação)]; A --> C[Processos  
(modelo de  
governança,  
formação)]; A --> D[Novas iniciativas  
(programas  
federais)];
```

**Métodos  
(estudos e  
abordagens de  
avaliação)**

**Processos  
(modelo de  
governança,  
formação)**

**Novas  
iniciativas  
(programas  
federais)**

# Projeto Inovação Social

Objetivo

Justificava

Realizar **estudos e análises de programas do Governo Federal** visando a seu **aperfeiçoamento** ao propor **caminhos que apontem maior efetividade das ações** de governo em suas três esferas.

Aperfeiçoamento e apoio à Gestão Pública

Aproximar Gov. Federal dos Municípios

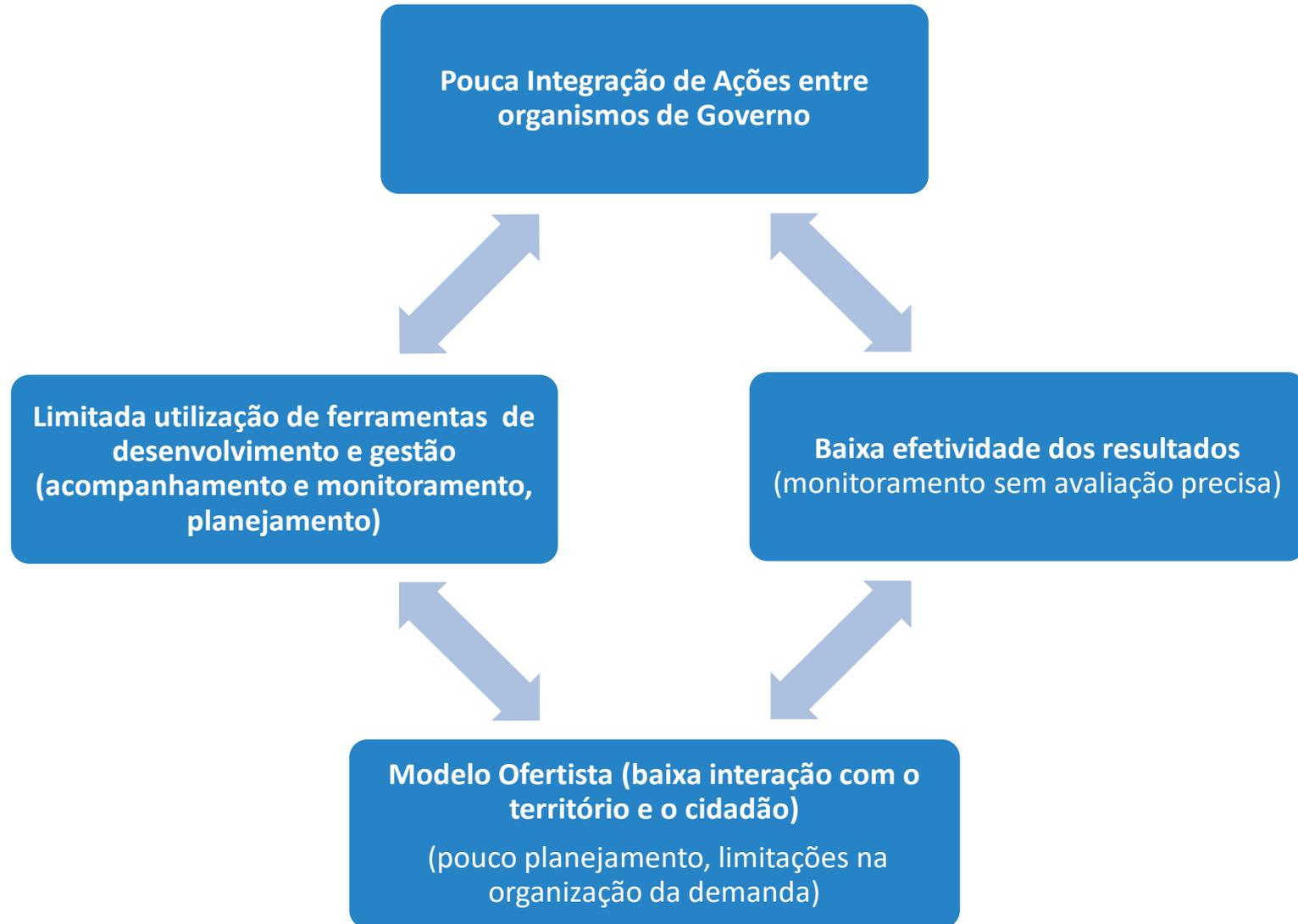
Resultados

Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas

Formação de Agentes Locais e construção de Redes

Suporte à estruturação/aperfeiçoamento de Programas

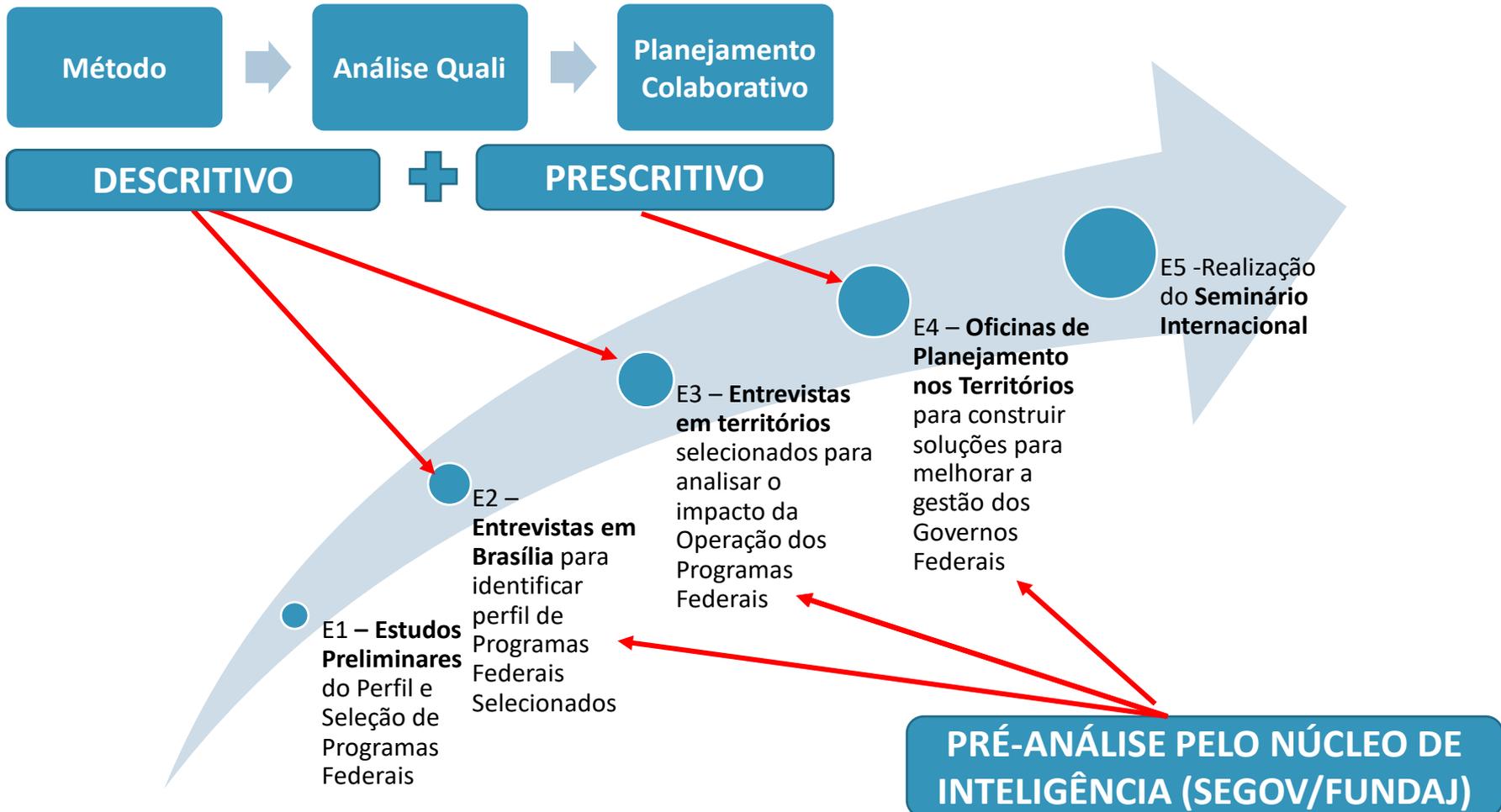
# Justificativa



# **ORGANIZAÇÃO E PROCESSO DE TRABALHO**

# ETAPAS DO PROJETO

# Etapas do Projeto – SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA



**Convênio de Cooperação Técnica Fundaj/SNAS SEGOV**

NISP NÚCLEO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS

# Etapa 2 - Resultados das entrevistas nos Ministérios

**Pesquisa**

**37 entrevistas**

**29 programas  
em  
13 Ministérios**

## PROGRAMAS PESQUISADOS (ENTREVISTAS TÉCNICAS)

<b>Ministério da Educação</b>	<b>Programa PRONATEC</b>
	<b>Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania</b>
	<b>Políticas de Educação Especial</b>
	<b>Políticas para a juventude, Alfabetização e Educação de jovens e adultos</b>
	<b>Políticas de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais</b>
<b>Ministério da Cultura</b>	<b>Cultura Viva (Pontos de cultura e Pontões de Cultura)</b>
	<b>Mais cultura nas escolas e universidades</b>
	<b>Pronatec Cultura</b>
<b>Ministério da Integração/Codevasf</b>	<b>Projeto Amanhã</b>
<b>Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle</b>	<b>Programa Capacita</b>
<b>Ministério do Turismo</b>	<b>Programa PRONATEC TURISMO</b>
<b>Ministério do Meio Ambiente</b>	<b>Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA</b>
<b>Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle</b>	<b>Programa Olho Vivo</b>
	<b>Um por todos e todos por um</b>
<b>Ministério do Esporte</b>	<b>Programa Segundo Tempo</b>
	<b>Programa Esporte e Lazer da Cidade</b>
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	<b>Programa Seguro Desemprego</b>
	<b>Programa Seguro Desemprego e Abono Salarial</b>
<b>Ministério do Desenvolvimento Social</b>	<b>Programa Bolsa Família (cadastro único)</b>
	<b>Programa Benefícios Assistenciais</b>
	<b>Programa Proteção Social Especial</b>
	<b>Programa Proteção Social Básico</b>
	<b>Programa Fomento à Produção para o autoconsumo</b>
<b>Programa de Segurança Alimentar e Nutricional</b>	
<b>Ministério da Saúde</b>	<b>Programa HumanizaSus</b>
<b>Ministério das Cidades</b>	<b>Programa Minha Casa Minha Vida</b>
<b>Ministério da Defesa</b>	<b>Projeto Rondon</b>
	<b>Projeto Soldado Cidadão</b>

# Etapa 2 – Roteiro de Entrevistas com Gestores

## 1. Conhecendo o Programa:

A) Qual é a finalidade (objetivo, público alvo, abrangência territorial, temporalidade e execução) do Programa?

## 2. Quanto à institucionalidade:

A) Como se dá a institucionalidade do Programa? À qual estrutura (está localizado em mais de uma? Qual?) de governo está vinculado?

B) Qual ou quais são os dispositivos legais que institucionalizam o Programa?

C) Existe algum modelo de governança específico para o Programa?

D) Como se dá a sua operação considerando seu modelo de governança?

## 3. Com relação às atividades desenvolvidas pelo Programa:

A) Para realização das atividades do Programa, infere-se que parcerias ou redes de cooperação foram arregimentadas. Poderia explicitar as experiências vivenciadas?

B) Qual é a infraestrutura disponível para a operacionalização do Programa? Como ela funciona e qual sua capilaridade?

C) Quais são os principais resultados do Programa (percursos/impactos)?

D) Considerando o que está previsto no PPA (Objetivos/Metas/Iniciativas) o Programa está cumprindo o planejado?

E) O Programa prevê ações de acompanhamento/monitoramento?

## 4. Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

A agenda 2030 pressupõe o incremento de ações para o desenvolvimento sustentável, um compromisso assumido pelo Brasil em 2015.

A) Tem conhecimento ou informação sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas?

B) Identificou algum ODS (ou meta relacionada) convergente ao Programa?

# Procedimentos Metodológicos

## Teoria Adaptativa

**Articulação cíclica entre os dados de campo e as bases teóricas, onde as informações coletadas validarão ou não as premissas iniciais**

**Reflexão constante sobre as relações existentes entre a teoria e os dados primários e secundários, que vão modificando o quadro conceitual anterior**

## Análise de conteúdo categorial

**Agrupamento analógico dos enunciados selecionados das entrevistas, a partir da interpretação dos analistas**

# Etapa 2 - Resultados das entrevistas nos Ministérios

## Pré-análise

Perfil dos Programas sob a ótica do Governo Federal

Construção de roteiros para entrevistas nos municípios

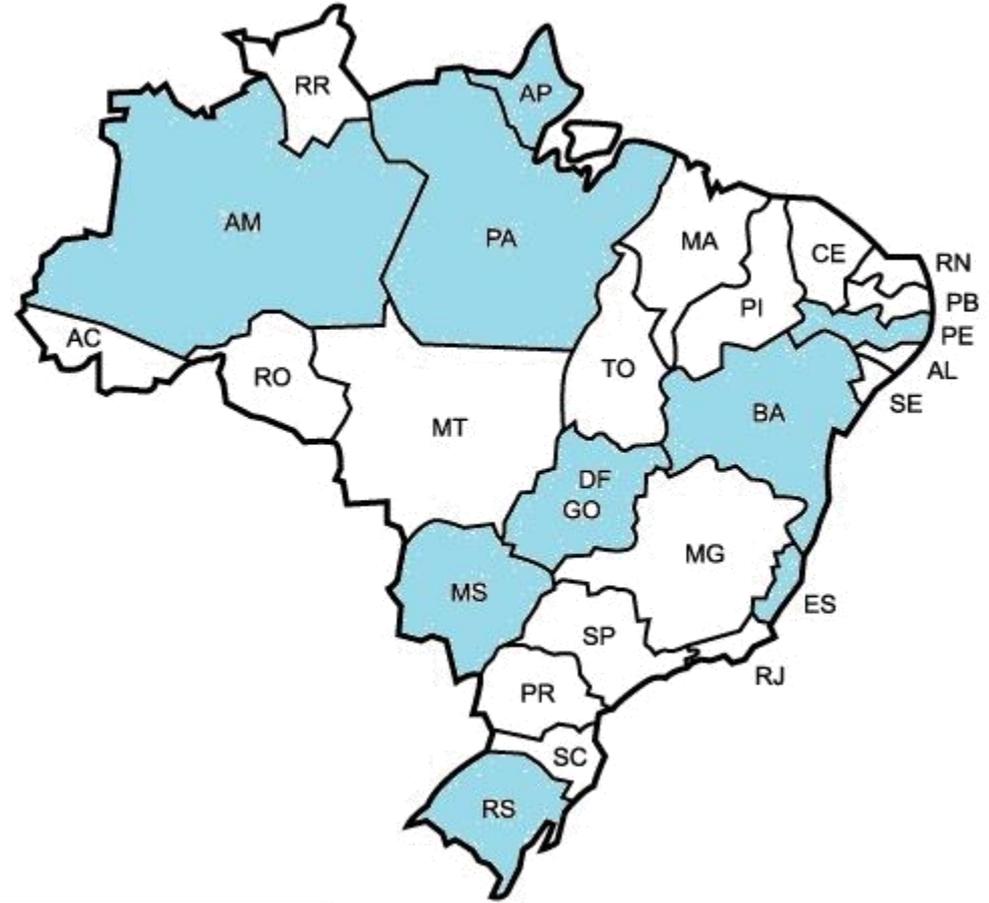
**Categorias iniciais:** FINALIDADE, INSTITUCIONALIDADE, REDES DE COOPERAÇÃO

Bolsa Família	Categorização
Os CRAs são o equipamento de porta de entrada da assistência social nos municípios, os CRAs são financiados pelo MDSA mas mantidos pelas prefeituras	INSTITUCIONALIDADE
O modelo do Bolsa Família é a criança sair da escola, ir ao dentista, ao médico	FINALIDADE
Enquanto não existir uma mobilização de serviços nas 3 esferas voltadas para o público não haverá superação da pobreza	REDES DE COOPERAÇÃO
A operação do programa é Multisetorial, Pronatec, microcrédito, saúde, educação, Sebrae (os problemas estão expostos e devem ser tratados pelos diversos programas)	REDES DE COOPERAÇÃO

# Etapas 3 e 4 - Resultados nas Atividades no Território

## Territórios

- **9** territórios;
- **45** municípios;
- **707** atores entre prefeitos, gestores municipais e representantes de conselhos municipais



### Duas etapas

- 1) Etapa 3 - Entrevistas com 707 atores nos 45 municípios;
- 2) Etapa 4 - 9 Oficinas de Planejamento nos territórios com apresentação de pontos de melhoria para a Gestão dos Programas

# Etapa 3 – Roteiro de Entrevistas com Conselheiros dos Municípios

## 1. Alcance e Gestão dos Programas

- A) Como conselheiro, conhece os programas federais de destaque no município?
- B) Participa da gestão dos programas federais executados no município?
- C) Conhece os instrumentos/mecanismos de gestão para implementação dos programas federais no município?

## 2. Institucionalidade, Redes de Cooperação e Governança

- A) Existem ações integradas dos conselhos quanto aos programas federais no território?
- B) Como se dá a governança para a gestão dos programas federais no território a partir dos conselhos?

## 3. Participação e Controle Social

- A) Como se dá o processo de escolha dos conselheiros no município?
- B) Em relação a formação de conselheiros no município. Existe formação específica para o trabalho de participação e controle social?
- C) Quais as principais dificuldades/facilidades encontradas para o trabalho de controle social dos programas federais no município?
- D) Como os conselhos participam das ações da prefeitura?

## 4. Resultado e Monitoramento

- A) Os conselhos monitoram os programas federais executados no município?
- B) Existe estrutura/recursos/suporte, necessária para o trabalho dos conselheiros quanto ao monitoramento dos programas federais implementados no município?

## 5. ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

- A) Tem conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

# Etapa 3 – Roteiro de Entrevistas com Prefeitos e Secretários dos Municípios

## 1. Alcance e Gestão dos Programas

- A) Quais os programas federais de destaque no território?
- B) Os programas federais são efetivos? Atingem o público-alvo?
- C) Quais as dificuldades/facilidades encontradas na implementação dos programas federais?
- D) Existe estrutura/recursos/suporte, necessária para a implementação dos programas federais?
- E) Quais os instrumentos/mecanismos de gestão para implementação dos programas federais no território?

## 2. Institucionalidade, Redes de Cooperação e Governança

- A) Existem ações integradas dos programas federais no território?
- B) Como se dá o processo de governança para a gestão dos programas federais no território?

## 3. Participação e Controle Social

- A) Existem ações para a sensibilização da sociedade local quanto ao acesso aos programas federais?
- B) Existe articulação em nível local com a sociedade civil e organizações do terceiro setor, visando (formalizada ou não formalizada), a participação e controle social? Como se dá essa articulação?

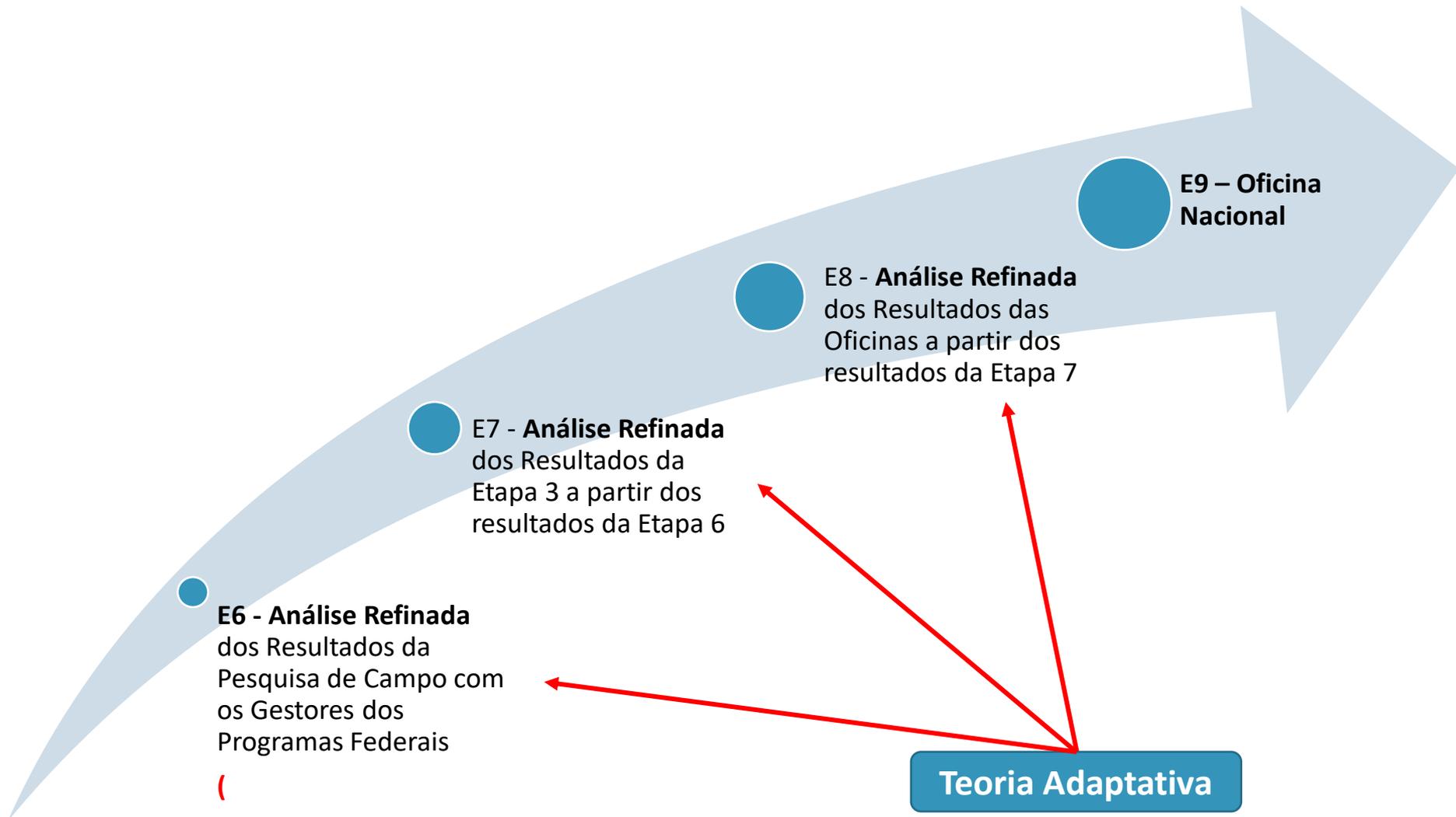
## 4. Resultado e Monitoramento

- A) Qual o alinhamento dos programas federais com a vocação local/regional (demanda)?
- B) Como se dá o processo de acompanhamento e monitoramento dos programas federais?

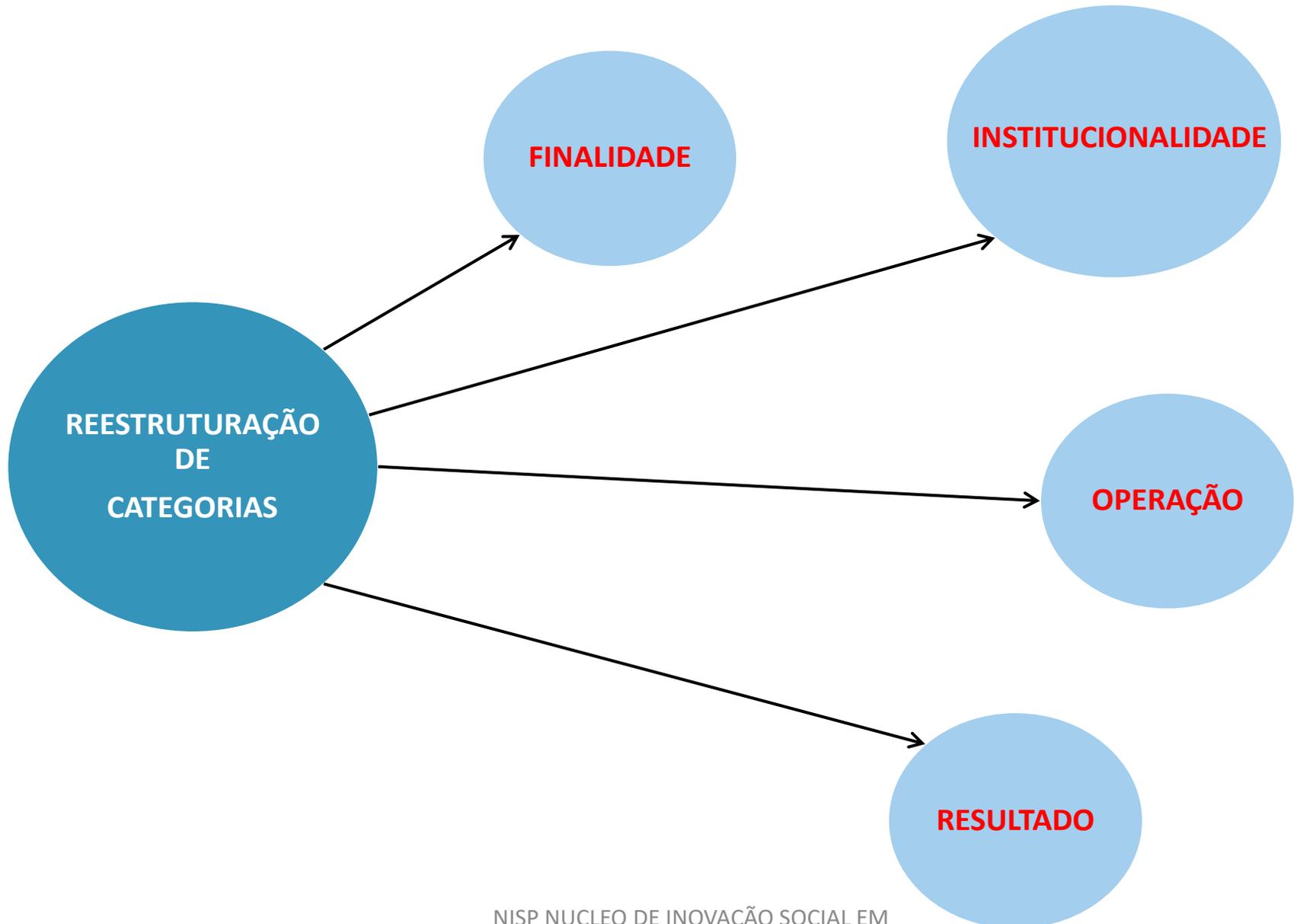
## 5. ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

- A) Tem conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

# Etapas do Projeto - FUNDAJ



# Etapa 6 - Reanálise das entrevistas nos Ministérios

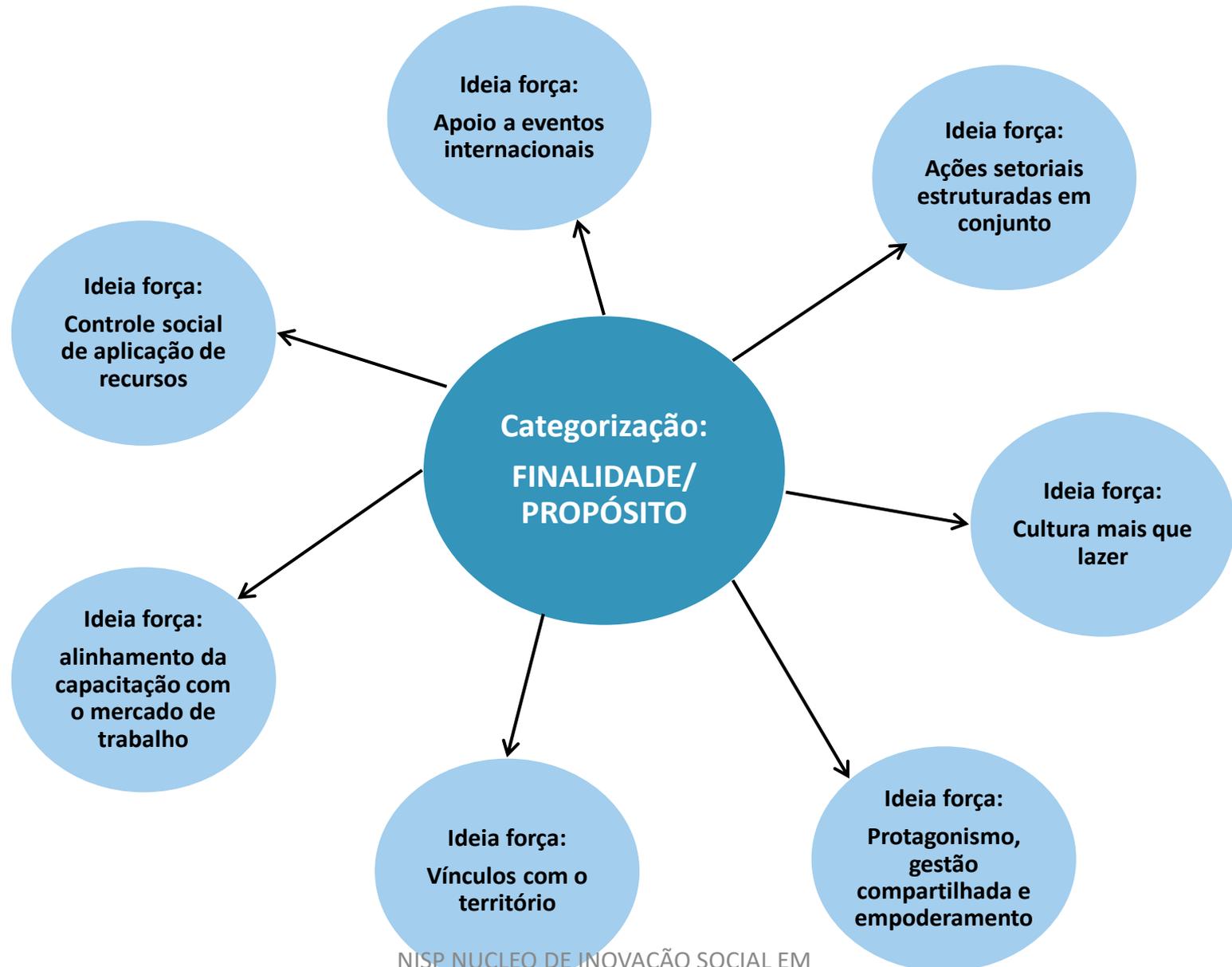


# Etapa 6 - Reanálise das entrevistas nos Ministérios

ENUNCIADOS CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO	SUBCLASSIFICAÇÃO
É uma política de governo, mas estão tentando transformá-la em política de Estado.	INSTITUCIONALIDADE	aEIXO ESTRUTURANTE DA POLÍTICA
Não há posicionamento do Governo Federal quanto ao repasse de recursos para continuidade do programa	INSTITUCIONALIDADE	iFomento
Quanto à institucionalidade ou modelo de governança, o MEC e Estados possuem uma estrutura estabelecida para a coordenação do Programa por meio de núcleos.	INSTITUCIONALIDADE	jINTEGRAÇÃO DA GESTÃO
Todos os programas e ofertas que tenham aporte de recurso federal direta ou indiretamente para ser viabilizados, deveriam ser contabilizados como uma ação do PRONATEC	INSTITUCIONALIDADE	jINTEGRAÇÃO DA GESTÃO
Mudanças de prefeitos afetam a continuidade do programa	INSTITUCIONALIDADE	lPlanejamento e Sustentabilidade
Parceiros definidos pelo MEC de acordo com a iniciativa privada (Sistema S);	INSTITUCIONALIDADE	pREDES DE COOPERAÇÃO
O programa Mais cultura nas Universidades é um projeto comum entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação junto às Universidades públicas	INSTITUCIONALIDADE	pREDES DE COOPERAÇÃO
Acordo de cooperação com municípios para verificação de demandas;	INSTITUCIONALIDADE	rORGANIZAÇÃO DA DEMANDA
Pronatec é criado em 26/10/11 pela Lei 12513	INSTITUCIONALIDADE	sNorma Legal

Nova categorização

# Etapa 6 - Reanálise das entrevistas nos Ministérios



# Etapa 6 - Reanálise das entrevistas nos Ministérios

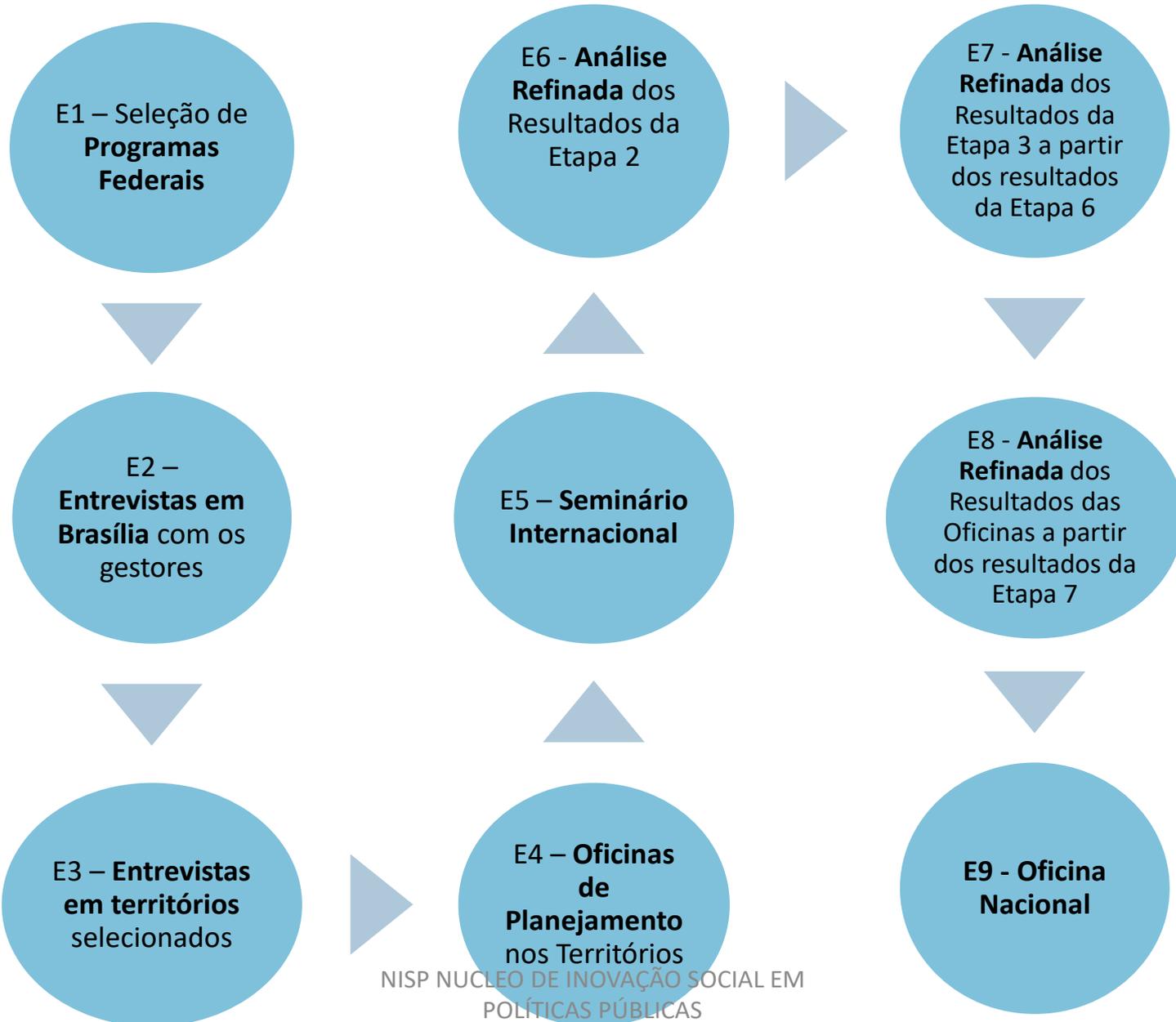
## ANÁLISE DAS IDEIAS-FORÇA ENCONTRADAS PARA A CATEGORIA FINALIDADE / SUBCATEGORIA PROPÓSITO

Políticas e seus programas foram desenhados TAMBÉM para conectar ações estruturantes em áreas setoriais distintas.

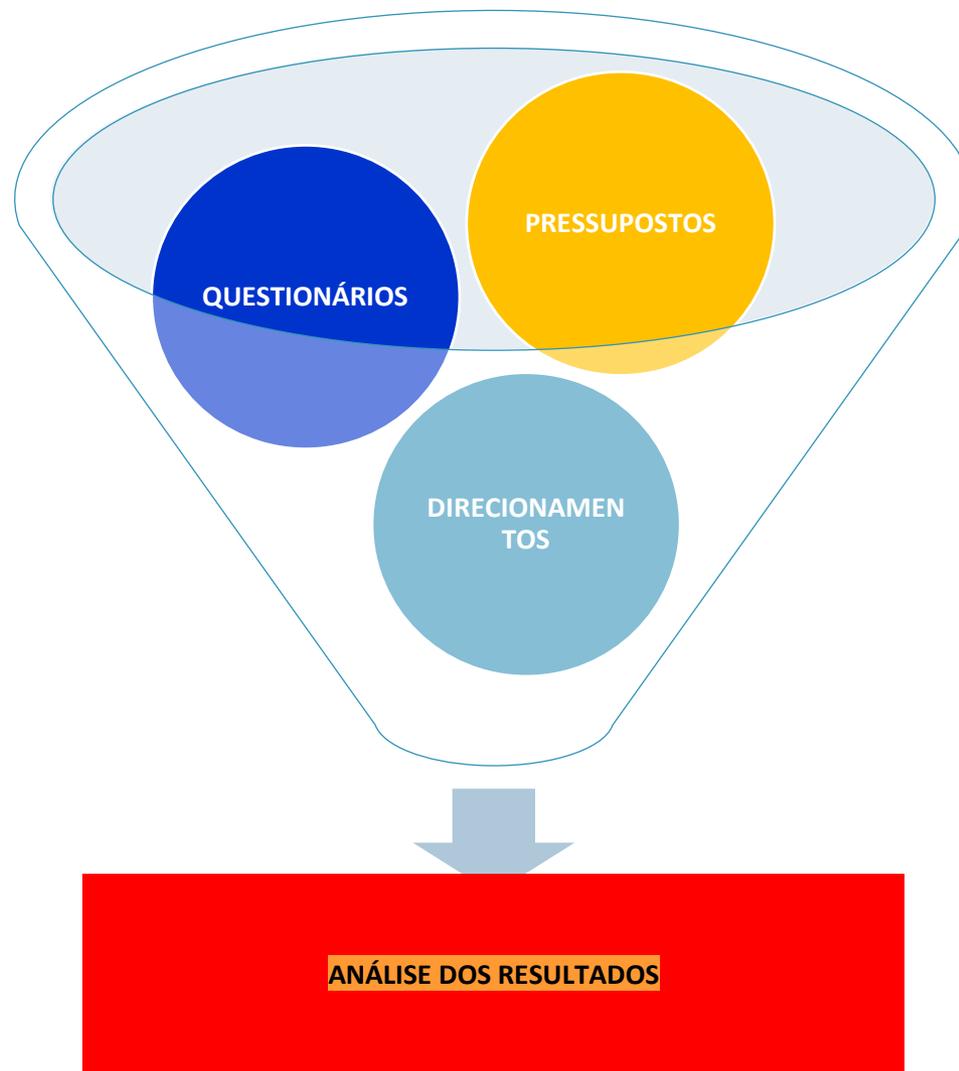


Programas da área de capacitação que foram analisados apontam para desenhos que procuram alinhar os processos formativos às necessidades do mercado de trabalho. Finalmente é importante destacar que áreas como a de cultura e esporte criaram programas cujo propósito foi de promover o acesso, antes restrito ou inexistente, de territórios e beneficiários.

# Fluxo Geral do Projeto



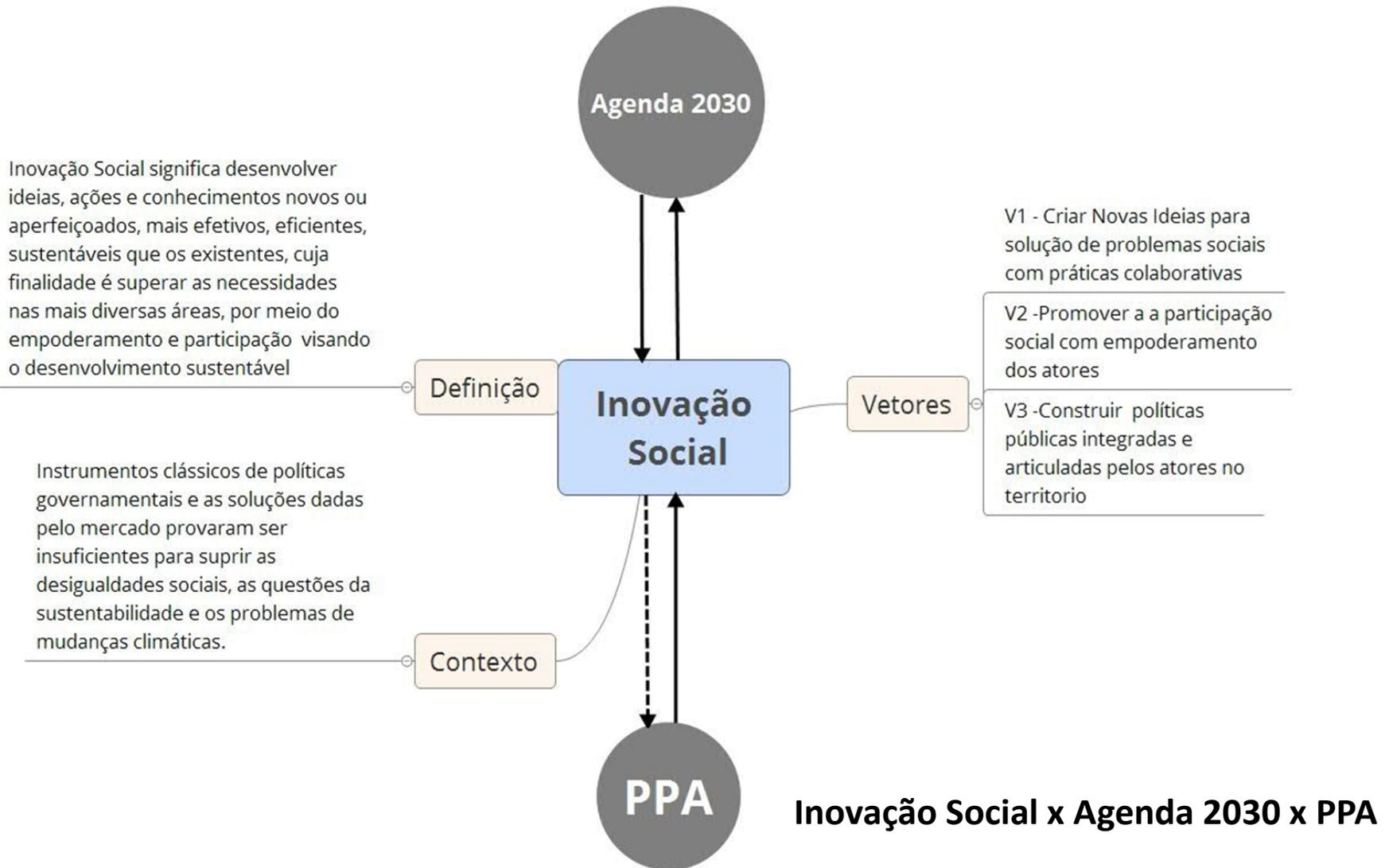
# ANÁLISE DOS RESULTADOS - PROCESSO



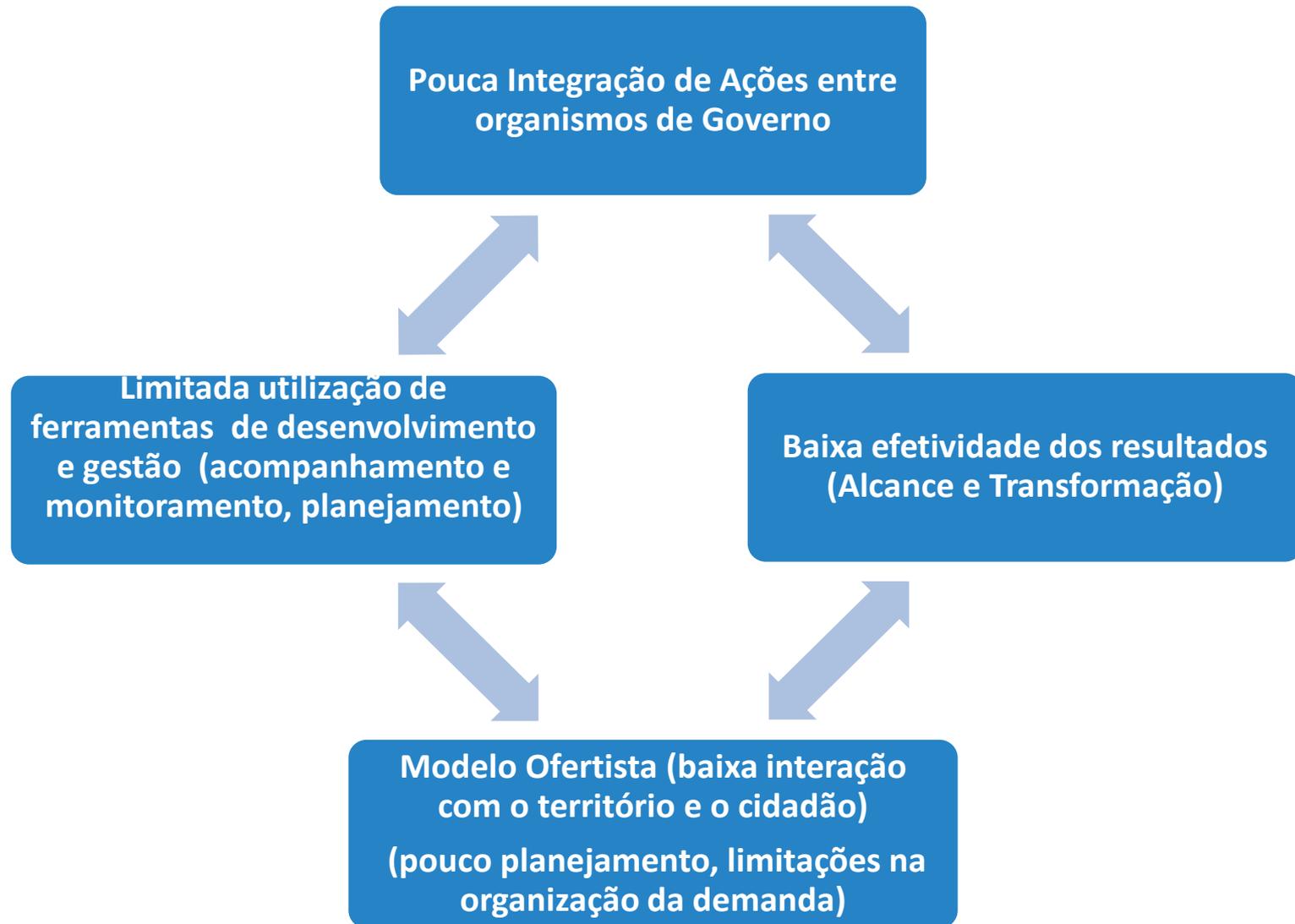
# QUESTIONÁRIO - PINPOINTS



# DIRECIONAMENTO: INOVAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGICA PARA APERFEIÇOAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



# PRESSUPOSTOS PARA CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE



# ANÁLISE REALIZADA PELA FUNDAJ

# CICLO DE ANÁLISE

CATEGORIA

SUBCATEGORIA FINAL

PROPÓSITO

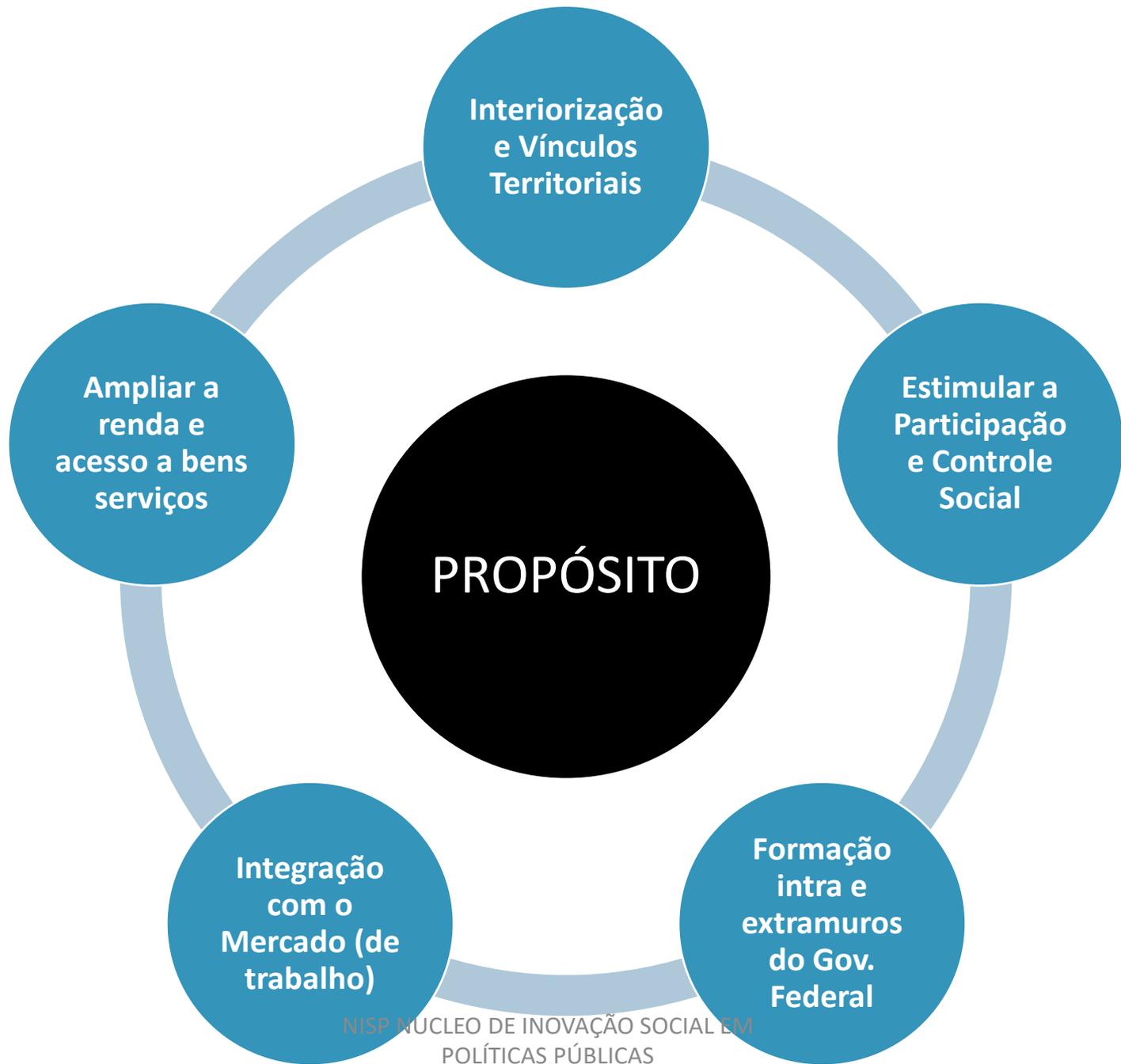
FINALIDADE

PUBLICO ALVO E  
ORGANIZAÇÃO  
DA DEMANDA

**Identificar, no conjunto dos programas federais estudados, quais são seus principais objetivos para cumprimento do está proposto no PPA 2016-2019 considerando se esses incorporam estratégias de Inovação Social , considerando:**

**os propósitos das ações em curso** considerando os aspectos que podem ser considerados importantes para o aperfeiçoamento do desenho e da gestão das políticas publicas

**e como são definidos critérios para identificação e alcance dos beneficiários** (público alvo) desse programas, inclusive no que se refere à identificação e a *organização das suas demandas*



# Análise da Finalidade – Sub categoria Propósito das Ações

VÍNCULO INSTITUCIONAL (À ÉPOCA)	IDEIA-FORÇA	ENUNCIADO	PERFIL
<b>Ministério da Integração (Codevasf)</b>	<b>Vínculos com o território</b>	Nasce com o propósito de estimular os jovens a permanecerem no campo e assim dar continuidade aos trabalhos	<b>Instrumento não- Clássico, Modelo misto combinação top-down com bottom-up; organização da demanda, integração com o território, alcance limitado</b>
<b>Controladoria Geral da União</b>	<b>Controle Interno</b>	Promoção de capacitação para o controle interno	<b>Instrumento clássico, Modelo top-down, ofertista, ênfase no controle social restrito</b>
	<b>Transparência na gestão</b>	Em princípio, visava orientar os agentes públicos municipais sobre práticas de transparência na gestão	
	<b>Participação e controle social</b>	O programa nasce com a necessidade de fomentar a participação social e controle social, antes voltado para a sensibilização	
	<b>Controle social de aplicação de recursos</b>	O programa Olho Vivo no Dinheiro Público está voltado principalmente para a capacitação dos cidadãos para o exercício do controle social dos recursos públicos	
	<b>Formação cidadã com conscientização de direitos e deveres</b>	O objetivo é estimular os futuros cidadãos a se envolverem com as questões sociais e proporcionar uma formação crítica, criando o ambiente necessário para que tomem consciência de seus direitos e deveres	
<b>Ministério da Cultura</b>	<b>Ações setoriais estruturadas em conjunto</b>	Cultura é um eixo estruturante da educação	<b>Instrumento não- Clássico, Modelo misto combinação top-down com bottom-up ; organização da demanda, integração com o território. alcance limitado</b>
	<b>Reorientação estratégica (Cultura mais que lazer)</b>	Reconhecimento da cultura não apenas como lazer, mas como saber, produção de conhecimento, reconhecimento e empoderamento	
	<b>Participação e empoderamento</b>	Este Programa foi criado inicialmente com base em 3 pilares Protagonismo, Gestão Compartilhada e Empoderamento	
<b>Ministério da Educação</b>	<b>alinhamento da capacitação com o mercado de trabalho</b>	O PRONATEC não insere o indivíduo socialmente, ele não promove a inserção social, não promove a democratização social, ele promove a preparação do indivíduo para isso, ele promove a instrumentalização , ou seja, ele te dá todas as ferramentas para que você se reinsira na sociedade por meio do mundo do trabalho e renda, por isso que eu digo que talvez seja a maior inovação, porque você ensina ao indivíduo a ir atrás do que ele precisa e diz, é possível fazer, então a primeira atitude de inserção é ( ENTENDER QUE ) o mesmo ambiente escolar é igual para todo mundo, no entanto cada público vai ser tratado dentro de sua particularidade	<b>Instrumento clássico, tentativa de estruturar um modelo misto, combinação top-down com bottom-up; organização da demanda na operação, integração com o território. alcance amplo. mas a efetividade não comprovada</b>
		Pronatec não se esgota na oferta e sim na inserção do indivíduo no mercado de trabalho;	
	<b>Interiorizar oferta de capacitação para inserção produtiva da população</b>	Objetivos principais do PRONATEC são expandir, democratizar e interiorizar toda a oferta, oferecendo ao cidadão brasileiro uma formação profissional que garantisse sua inserção sócio produtiva no mundo do trabalho e renda	

VÍNCULO INSTITUCIONAL (À ÉPOCA)	IDEIA-FORÇA	ENUNCIADO	PERFIL
<b>Ministério do Desenvolvimento Social</b>	<b>Complementação de renda</b>	É um programa complementar de renda, permite acumular 5 benefícios	<b>Instrumento Clássico, Modelo top-down ; organização da demanda para fins operacionais, integração com o território e com outros programas alcance muito amplo.</b>
<b>Ministério do Meio Ambiente</b>	<b>Internacionalização das Ações</b>	Responsabilidade por inserir a temática da educação ambiental na agenda internacional, como também, a pensar estratégias para se construir sociedades sustentáveis;	<b>Instrumento não Clássico, Modelo misto combinação top-down com bottom up; organização da demanda, integração com o território, alcance limitado, alinhamento aos ODS</b>
	<b>Formação de beneficiários</b>	O plano nacional de educação ambiental-PRONEA, tem como objetivo, articular, fomentar processos de formação para o avanço da política nacional de educação ambiental.	
	<b>Alinhamento aos ODS</b>	O PRONEA busca assegurar a conquista dos 17 ODS, logo, tem sementes de Inovação Social.	
	<b>Sustentabilidade como mudança cultura</b>	Busca a construção de cidades sustentáveis, de mudança de cultura. Para isso, está nas suas diretrizes, o diálogo entre o poder público, o setor privado e a sociedade como um todo, a participação social, a construção coletiva, o exercício da transversalidade.	
	<b>qualidade de vida, participação e empoderamento; consciência ambiental</b>	A elaboração da política nacional e do Plano Nacional de Educação Ambiental em todos os estados brasileiros e com elementos que possam garantir as conquistas sociais como, qualidade de vida, o empoderamento dos sujeitos, a ocupação humana no meio ambiente e como melhorar a forma de ocupação e com perspectiva social.	
<b>Ministério dos Esportes</b>	<b>apoio à eventos internacionais</b>	Preparação para os grandes eventos, Copa das Confederações, Copa e Olimpíadas;	<b>Instrumento Clássico, Modelo top-down ; organização da demanda para fins operacionais, tentativa de integração a outros programas, alcance específico.</b>
	<b>acesso a políticas públicas em setores antes restritos</b>	O Objetivo é democratizar o acesso ao esporte e lazer.	
	<b>ampliar acesso aos beneficiário</b>	O programa pretende deixar como legado as práticas das atividades de lazer e cultura nas localidades.	

# Análise da Finalidade – Sub categoria Público Alvo e Organização da Demanda

 **PREDOMINIO BOTTOM UP**

 **PREDOMINIO TOPDOWN**



# Análise da Finalidade – Sub categoria Público Alvo e Organização da Demanda

PÚBLICO ALVO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA			
VÍNCULO INSTITUCIONAL (À ÉPOCA)	IDEIA-FORÇA	ENUNCIADO	PERFIL
Controladoria Geral da União	Público alvo específico para ações de governo (oferta)	O programa Capacita, nasce da necessidade de desenvolver orientações, capacitações específicas para gestores públicos federais do Distrito Federal e demais estados brasileiros	Modelo clássico, ofertista, topdown, ênfase no controle social
		Promover a melhoria da gestão de recursos públicos por meio da oferta continuada de orientações e capacitações a gestores federais em áreas relacionadas ao controle interno;	
		Direcionado aos gestores Públicos Federais de Brasília e dos demais estados, indiretamente chega ao povo	
MINISTÉRIO DA CULTURA	Direcionar Ações à Públicos antes pouco atendidos (oferta)	Entre os principais beneficiários e protagonistas do Cultura Viva estão a juventude e os grupos tradicionais	Modelo não Clássico, misto topdown com bottom up, organização da demanda, ênfase na inclusão social
	Desconcentração de Ações para áreas não atendidas (oferta)	No programa "Mais Cultura nas Escolas", na primeira seleção, foram escolhidas 5000 escolas espalhadas por todo o território nacional via edital	
		O programa Cultura Viva foi criado no intuito de desconcentrar projetos culturais do eixo RIO-SP para outras regiões, atendendo a pequenas OSCIPs, grupos sem constituição jurídica. Finalidade do Programa Pronatec Cultura: ampliar o acesso ao ensino técnico emprego e renda em todo território nacional	
Ministério da Educação	Publico Alvo diferenciado identificado a partir de ações integradas de ministérios distintos (oferta)	Criados os seguintes: Pronatec Turismo Cidadão – atender demanda local; Pronatec Turismo na Empresa - quem já está inserido no mercado de trabalho; Pronatec Social - Vira Vida (egressos e familiares); Pronatec Desenvolvimento Local - pequenos empreendedores;	Modelo Clássico, ofertista, topdown, ênfase no expansão rápida de ações de capacitação
		O Bolsa Família é o público principal do PRONATEC	

# Análise da Finalidade – Sub categoria Público Alvo e Organização da Demanda

## PÚBLICO ALVO E ORGANIZAÇÃO DA DEMANDA

VÍNCULO INSTITUCIONAL (À ÉPOCA)	IDEIA-FORÇA	ENUNCIADO	PERFIL
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO	Público alvo identificado a partir de seu vínculos com o território (demanda)	Nasce com o propósito de estimular os jovens a permanecerem no campo e assim dar continuidade aos trabalhos	Instrumento não- Clássico, Modelo misto combinação top-down com bottom-up; organização da demanda, integração com o território, alcance limitado
		Os cursos de capacitação estão relacionados com atividades produtivas, vislumbrando aspectos sociais, econômicos, ligados principalmente às áreas de apicultura, ovino caprinocultura, piscicultura, fruticultura e agricultura família	
		Capacitação da juventude rural a partir das necessidades desses, pautado pela renovação da mão de obra e pela qualidade na formação	
		Promover a organização e a capacitação dos jovens rurais para jovens na faixa etária de 14 a 26 anos, preparando-os para obtenção do primeiro emprego	
Ministério do Desenvolvimento Social	Público alvo identificada a partir de padrão de renda (oferta)	Foi criada uma regra de permanência de 2 anos, sair da linha de pobreza mas com um teto de meio salário mínimo, além da volatilidade da renda não há como acompanhar 13,5 milhões de beneficiários a todo instante, portanto mesmo que ele ultrapasse o valor de R\$ 170,00 ele permanece no programa.	Modelo Clássico, ofertista, topdown, ênfase na redução das desigualdades
		15% dos municípios não recebem o Bolsa Família por estarem abaixo da média	
MINISTÉRIO DO ESPORTE	Público alvo identificado em função de "pressão política"(oferta)	O programa foi pensado para atingir municípios pequenos, porém motivado pelo sucesso houve pressão política para que fosse implementado em grandes cidades (Programa Segundo Tempo/Esporte e Lazer nas cidades)	Modelo Clássico, ofertista, topdown, ênfase na necessidade de atendimento de demandas políticas
Ministério do Meio Ambiente	Demanda Organizada de Abrangência Nacional	O PRONEA é de abrangência nacional – todos os estados têm o PRONEA uns com mais avanços, outros não.	Instrumento não- Clássico, Modelo misto combinação top-down com bottom-up; organização da demanda, integração com o território, alcance limitado
MINISTÉRIO DO TURISMO	Demanda Organizada de Abrangência Nacional	Mapeados 2175 municípios denominados como potenciais para o turismo (Mapa do Turismo); O Pronatec passou por modificações, antes era visando a Copa, agora reformulado a partir das necessidades da população;	Modelo Clássico, ofertista, topdown, ênfase na necessidade de atendimento de demandas políticas

# CICLO DE ANÁLISE



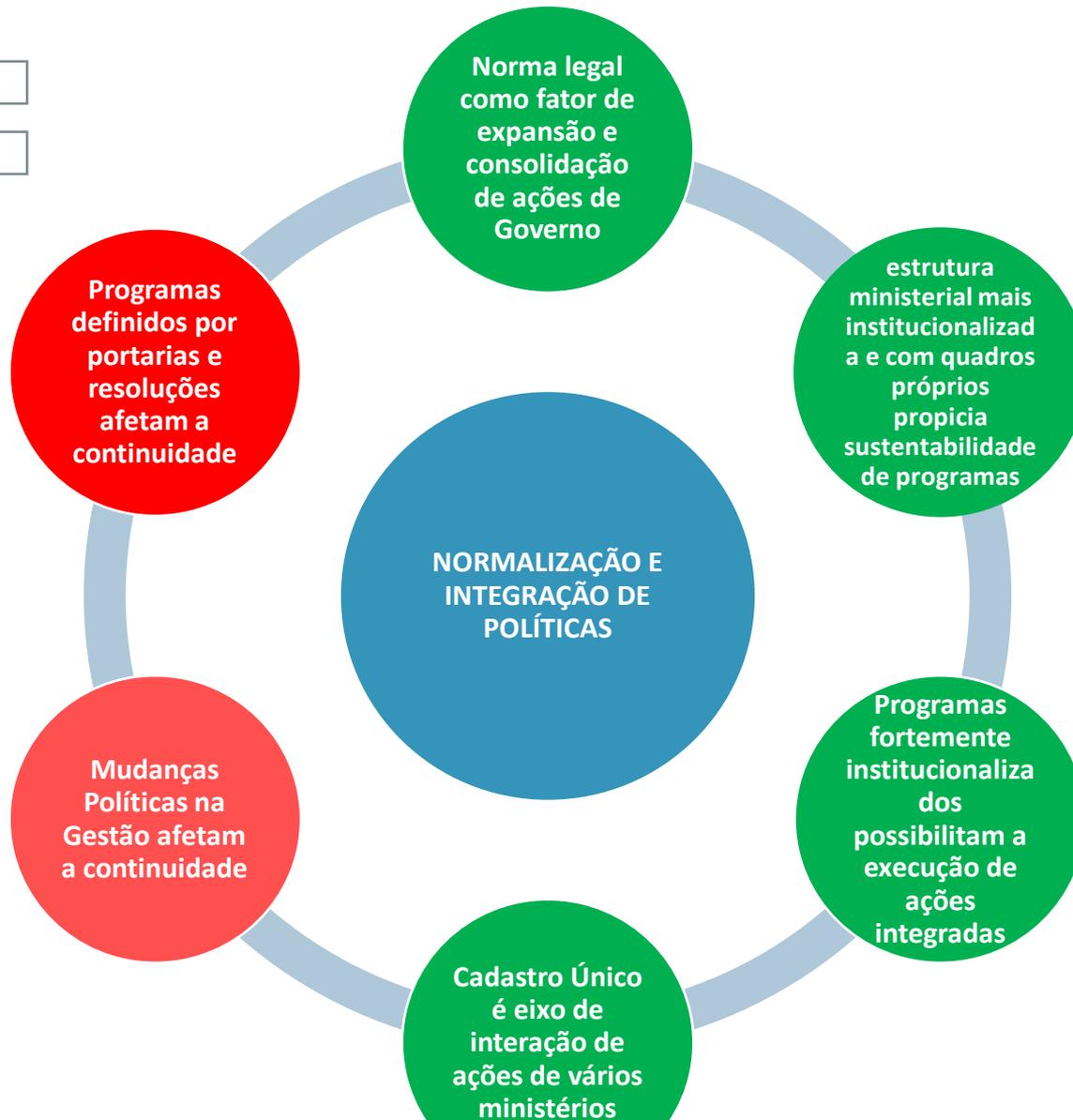
# Análise da Institucionalidade - Definição

identificar, no conjunto dos programas federais estudados, em que contexto eles estão instituídos de forma legal e reconhecidos pelo conjunto dos atores sociais, e de que forma as iniciativas de IS se fortalecem a ponto de se tornarem um padrão autônomo de atividades, sendo adotadas para resolver problemas recorrentes tornando-se uma referência para o contexto onde estão implementadas e passando a ser vistas como um exemplo ou modelo a ser seguido por outras pessoas e também por outras organizações ou instituições

as formas pelas quais as diversas estruturas de execução de programas do governo federal **se integram e se articulam** com outros atores importantes no processo de desenho e gestão

Como as redes são estruturadas para dar sustentabilidade às ações programáticas

# Análise da Institucionalidade – Sub categoria Normalização e Integração de políticas



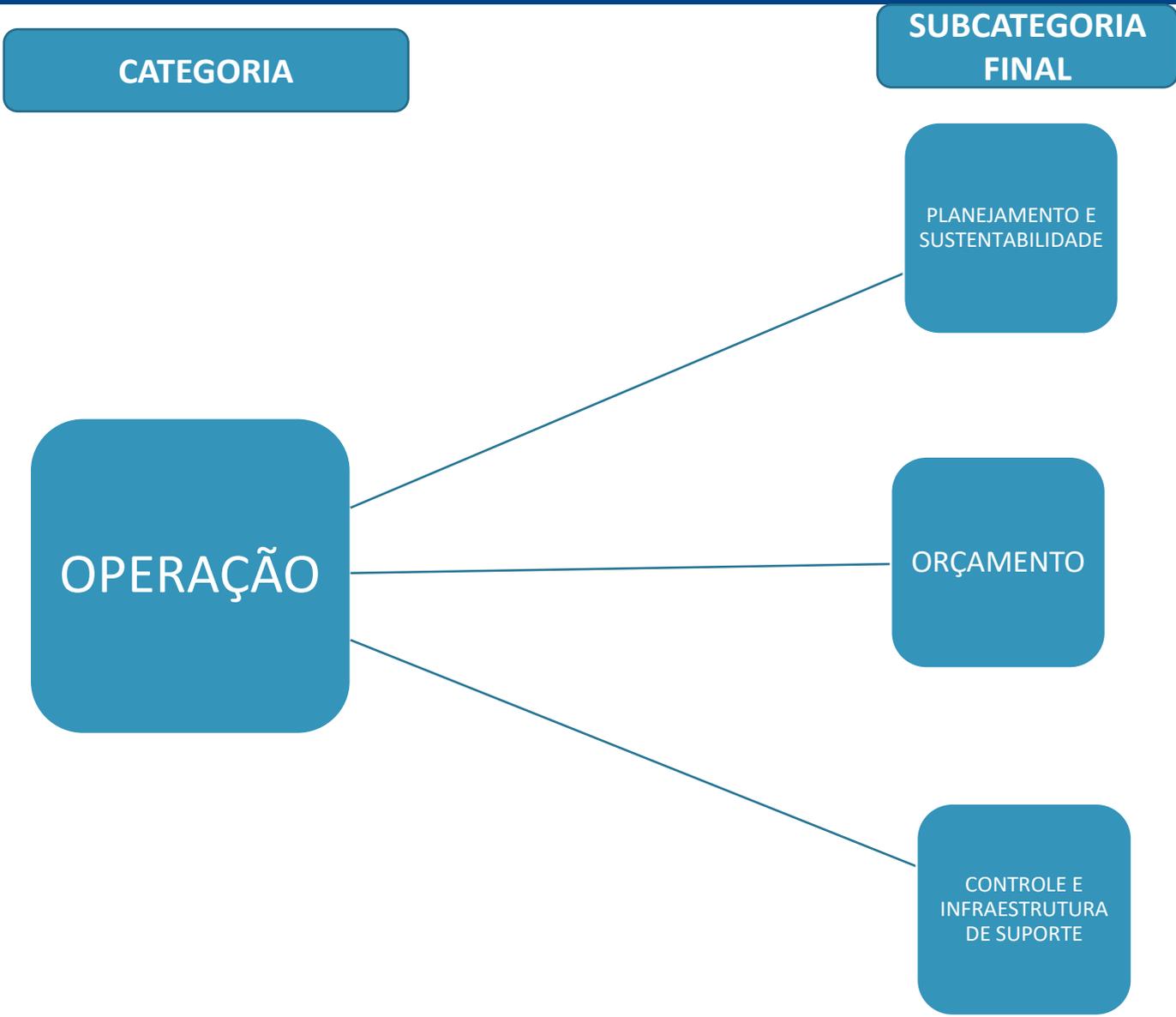
# Análise da Finalidade – Sub categoria Normalização e Integração de políticas

## NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (PRONATEC)</b>	<b>Norma legal como fator de expansão e consolidação de ações de Governo (interiorização)</b>	<p>1ª ação – Brasil Profissionalizado, criado pelo Decreto 6302/07, é o fortalecimento da educação profissional científica e tecnológica integrado ao ensino médio nas redes estaduais de educação com maior preocupação do Ministério da Educação, a finalidade principal é fortalecer, modernizar e expandir a rede estadual de educação profissional e tecnológica, então todas as matrículas das escolas que foram ampliadas, construídas ou que receberam aporte de recurso público federal para composição de laboratórios, são contabilizadas como escolas PRONATEC.</p>	<b>Modelo Clássico, ofertista, topdown, ênfase no expansão rápida de ações de capacitação, institucionalização favorece a expansão e o alcance territorial e a formação de parcerias</b>
	<b>Norma legal como fator de expansão e consolidação de ações de Governo (uso do EAD para disseminação)</b>	<p>2ª Ação – Rede e-Tec Brasil, criada pelo Decreto 7589 no mesmo dia que nasce o PRONATEC que tem como objetivo principal ampliar a educação profissional e tecnológica na modalidade à distância para instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica para as instituições estaduais e para os serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S). Apesar de ter sido institucionalizada por meio deste decreto, somente em 2011, a e-Tec Brasil existe desde 2007 quando surge a Universidade aberta do Brasil em que se pegava um pequeno nicho da legislação para a oferta da educação profissional e tecnológica à distância, mas em 2011 esta oferta ganha identidade própria que foi chamada de rede e-Tec Brasil.</p>	
	<b>Norma legal como fator de expansão e consolidação de ações de Governo (integração com sistema S)</b>	<p>3ª Ação - Abarcada pelo Governo Federal como ação dentro do PRONATEC é o acordo de gratuidade do Sistema S no concerne ao PRONATEC, especificamente ao SENAI, porque o acordo também envolve o SESC e o SENAC, o decreto do SENAI é o 6.633/08 (5 de novembro), e o de SENAC 6.635/08 (5 de novembro), o acordo de gratuidade prevê que 66,66% da arrecadação líquida compulsória arrecadada pelas instituições contribuintes do Sistema S seja convertido na qualificação profissional por meio da oferta de aprendizagem FicoTEC. Por receber recursos indiretos é entendido como custeio indireto do governo e foi abraçada pelo PRONATEC.</p>	
	<b>Norma legal como fator de expansão e consolidação de ações de Governo (expansão via Ifs)</b>	<p>4ª Ação - Chamada anteriormente Expansão da Rede Federal, hoje chama de Ciclo Regular da Rede Federal, autarquias que trabalham com a oferta direta de cursos de educação profissional e tecnológica e não somente isso, elas também fomentam pesquisa e inovação científica e tecnológica, mas dentro do PRONATEC em recorte em oferta também são responsáveis por ampliar, democratizar interiorizar o acesso a educação profissional e tecnológica e por ter essa finalidade também foi abraçada pelo PRONATEC.</p>	
	<b>Norma legal como fator de expansão e consolidação de ações de Governo (criação de bolsas para os alunos)</b>	<p>5ª Ação - Popularmente conhecida como PRONATEC, mas possui um nome próprio, única criada pós PRONATEC é a Bolsa Formação. Consiste no custeio da oferta de vagas pelas instituições ofertantes públicas e privadas de cursos de educação profissional e tecnológica com diretrizes e execução própria, reguladas pela Portaria MEC 817/15 (13 de agosto). Importante esclarecer que parte da Rede e-Tec Brasil foi abraçada pela Bolsa Formação no que diz respeito ao custeio da vaga do curso técnico e fique à distância regulado pela Portaria 1152/15 (22 de dezembro). Educação à distância dentro da Bolsa Formação só é permitida por instituições da e-Tec Brasil.</p>	

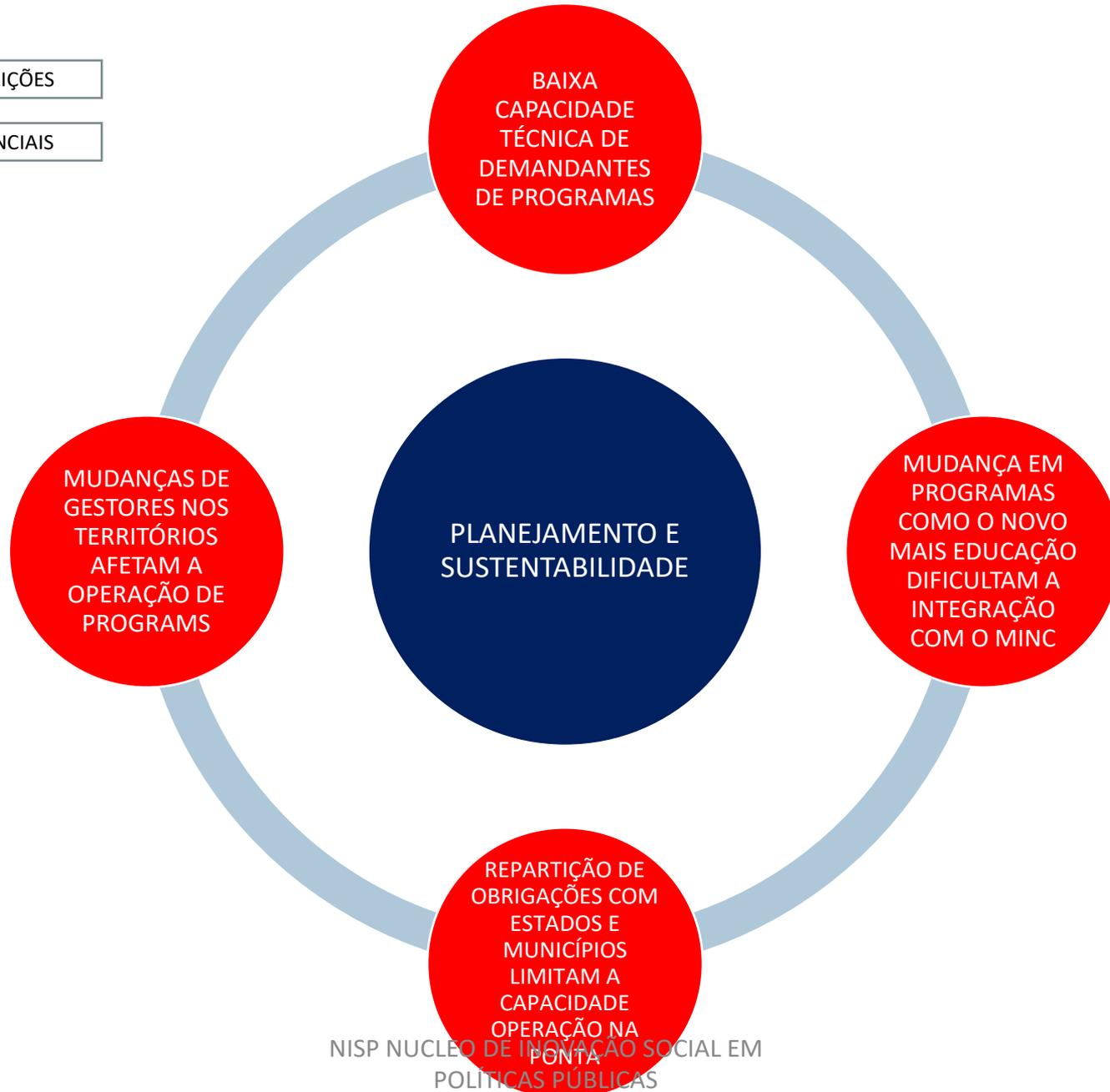
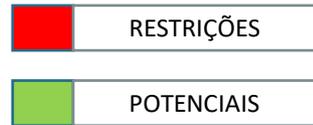


# CICLO DE ANÁLISE

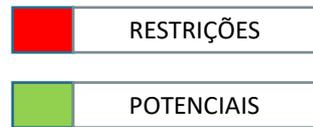


**identificar, no conjunto dos programas federais estudados, como são geridos, considerando as dificuldades e facilidades, e de que forma o processo de gestão se estende ao território (lócus da execução das ações)**

# Análise da Operação – Sub categoria Planejamento e Sustentabilidade



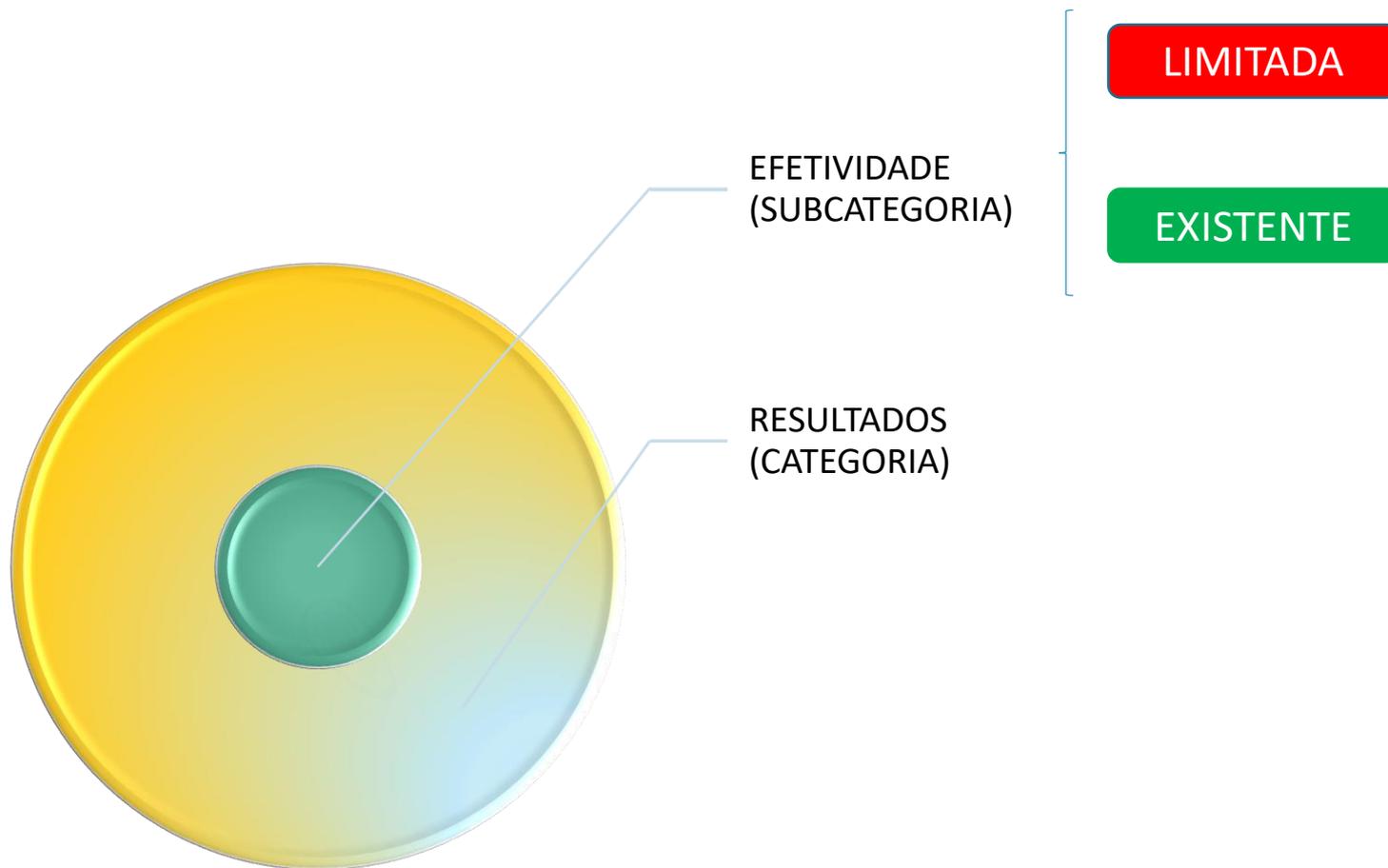
# Análise da Operação – Sub categoria Orçamento





**identificar, no conjunto dos programas federais estudados, qual a efetividade dos Programas Federais (nos territórios e para os beneficiários) considerando suas finalidades, institucionalidades e operações**

# Análise dos Resultados



NISP NUCLEO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS

# Análise dos Resultados ( Efetividade Limitada)

O Programa precisa ter metas mais objetivas, ter prazos, possa ser acompanhado e reconhecido. E que o PRONEA possa ser institucionalizado mesmo que seja via uma portaria MMA e MEC.

Baixo indicador de matrícula além de uma alta taxa de evasão entre os períodos 2013 a 2015 no Pronatec Cultura

Ainda não existe um Sistema que mensure a realidade dos jovens que foram atingidos pelos curso (Amanhã, Hoje)s

Os municípios melhor estruturados conseguem executar o programa com maior facilidade, provocando concentração. (Programa Segundo Tempo)

Das 600 entidades conveniadas pelo programa Cultura Viva apenas 10% executaram seus planos de trabalho e tiveram suas contas aprovadas; os 90% restante, até o momento, encontram-se em tomada de conta.

Antes, eram 70% das crianças com deficiência fora da escola, com o auxílio e mobilização do programa, teve inversão desse resultado em que hoje 70% estão na escola e 30% fora (BPC)

Evolução dos Direitos adquiridos:

1. Assegura subsistência;
2. Busca a Preservação Ambiental;
3. Subsidio – Bolsa qualificação – empresas tinham dificuldades financeiras e o Estado financiava esses trabalhadores;
4. Resgate de trabalhadores em condições análogos de escravo;
5. Inserção do trabalhador doméstico – avanço nas conquistas sociais, mas antes o patrão quem decidia (facultativo), hoje se tornou obrigatório;
6. Criação Programa de preservação do emprego – Programa seguro Desemprego- permite que a empresa diminua as jornadas e salários de trabalho para que não ocorram demissões. Programa Seguro Desemprego e Abono Salarial )

Articulação com outros programas sociais (Educação, Saúde) – Condicionalidades, de maneira contínua, fluxo de informações, quem acompanha as condicionalidades são os Ministérios - Articulação com outros programas – 30 programas federais (Bolsa Família)

# ALINHAMENTO COM A ANÁLISE SNAS

# SNAS - CONTEXTO GERAL

## Classificação

## Ideias força

## Exemplo

CONTEXTO,  
não realizado  
pela Fundaj  
contribui para  
definir as  
categorias de  
Análise

Contexto

Existem problemas na identificação da demanda

"Identificação de demanda é um entrave, gerando baixa matrícula e evasão."

A participação social é de suma importância para os programas federais

"Para qualquer inovação social, a participação social deve ser considerada;"

Os critérios de repasse dos recursos são problemáticos

"Os valores repassados oscilam conforme a linha de pobreza e o valor dos benefícios podem ser alterados por decreto."

A ausência de institucionalização se torna um problema para a gestão do conhecimento

"Não tem nada institucionalizado, isso é uma lacuna, pois muitos atores não reconhecem o programa. "

As demandas feitas na ponta são levadas em conta

"O programa PRONATEC Turismo foi priorizado devido aos grandes eventos (De 2012 a 2016), pós copa do mundo foi reformulado a partir das necessidades da população (demanda feita na ponta);"

Dificuldade em interiorizar os programas federais

"As escolas contempladas são todas nas capitais onde a CGU possui repartições pois há a possibilidade de controle das instituições que aderem ao Programa, este é um empecilho para a interiorização justamente pela não possibilidade de monitoramento das escolas."

A Inviabilidade de parcerias é um empecilho

"O programa não pode ter parceria com ONGs"

Ausência de monitoramento causada por motivos orçamentários e de estrutura

"O monitoramento é um grande desafio pois este precisa de recursos, quanto menos recursos, mais difícil fazer monitoramento. "

# SNAS - CONTEXTO GERAL

Classificação

Ideias força

Enunciado

CONTEXTO,  
não realizado  
pela Fundaj  
contribui para  
definir as  
categorias de  
Análise

Contexto

Existem problemas na identificação da demanda

"Identificação de demanda é um entrave, gerando baixa matrícula e evasão."

A participação social é de suma importância para os programas federais

"Para qualquer inovação social, a participação social deve ser considerada;"

Os critérios de repasse dos recursos são problemáticos

"Os valores repassados oscilam conforme a linha de pobreza e o valor dos benefícios podem ser alterados por decreto."

A ausência de institucionalização se torna um problema para a gestão do conhecimento

"Não tem nada institucionalizado, isso é uma lacuna, pois muitos atores não reconhecem o programa. "

As demandas feitas na ponta são levadas em conta

"O programa PRONATEC Turismo foi priorizado devido aos grandes eventos (De 2012 a 2016), pós copa do mundo foi reformulado a partir das necessidades da população (demanda feita na ponta);"

Dificuldade em interiorizar os programas federais

"As escolas contempladas são todas nas capitais onde a CGU possui repartições pois há a possibilidade de controle das instituições que aderem ao Programa, este é um empecilho para a interiorização justamente pela não possibilidade de monitoramento das escolas."

A Inviabilidade de parcerias é um empecilho

"O programa não pode ter parceria com ONGs"

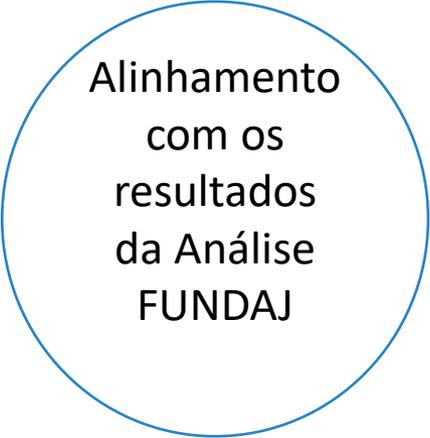
Ausência de monitoramento causada por motivos orçamentários e de estrutura

"O monitoramento é um grande desafio pois este precisa de recursos, quanto menos recursos, mais difícil fazer monitoramento. "

# SNAS - Análise da Finalidade

Classificação	Ideias força	Exemplo
<p>Alinhamento com os resultados da Análise FUNDAJ</p> <p>Finalidade</p>	Existem programas focados na capacitação dos gestores públicos	"Promoção de capacitação gestores públicos para o efetivo controle interno"
	Existem programas que levam em conta as demandas feitas na ponta	"Parte da necessidade dos jovens, nasce da "ponta", com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica"
	Existem programas que visam criar uma articulação entre o governo federal e a população	"O Programa Cultura Viva com o intuito de criar um relação direta entre o Estado e a sociedade e suas diversas manifestações culturais"
	Existem programas focados na interiorização de políticas públicas	"O programa Cultura Viva foi criado no intuito de desconcentrar projetos culturais do eixo RIO-SP para outras regiões, atendendo a pequenas OSCIPs, grupos sem constituição jurídica."
	Existem programas focados em identificar as regionalidades da demanda	"Identificar e reconhecer grupos que desenvolvam e ofereçam atividades e serviços culturais de base comunitária "
	Existem programas que visam capacitar a população para aumentar a participação social	"O objetivo é estimular os futuros cidadãos a se envolverem com as questões sociais e proporcionar uma formação crítica, criando o ambiente necessário para que tomem consciência de seus direitos e deveres"

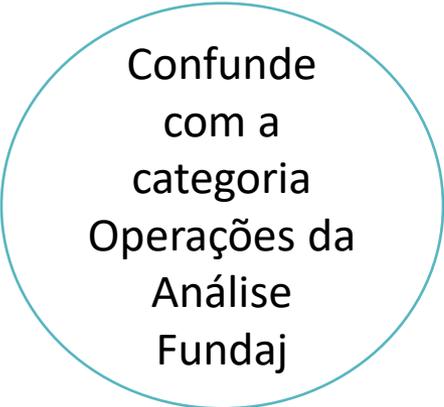
# SNAS - Análise da Institucionalidade

Classificação	Ideias força	Exemplo
<div style="text-align: center;">  <p><b>Alinhamento com os resultados da Análise FUNDAJ</b></p> <p><b>Institucionalidade</b></p> </div>	<p><b>A existência de institucionalidade auxilia a execução de programas</b></p>	<p><b>Programas que possuem instrumentos legais tendem a serem melhores executados.</b></p>
	<p><b>A articulação do governo federal com os municípios auxiliam as demandas feitas na ponta</b></p>	<p><b>"Acordo de cooperação com os municípios para identificar as demandas locais;"</b></p>
	<p><b>Existem programas federais que possuem uma boa articulação com os estados e municípios</b></p>	<p><b>"Acordo de cooperação com municípios para verificação de demandas;"</b></p>
	<p><b>Parcerias com organismos internacionais auxiliam atividades como avaliação e monitoramento</b></p>	<p><b>"No programa Mais cultura nas Universidades, foram contratados consultores do PNUD, através de um Prodoc, para fazer uma avaliação do programa "</b></p>
	<p><b>A existência de eventos (congressos e afins) fortalecem as redes de cooperação</b></p>	<p><b>"Eventos fortalecem as redes de cooperação dos programas. A exemplo das Conferências Nacionais de Cultura."</b></p>
	<p><b>Os monitoramentos são importantes para o aperfeiçoamento dos programas federais</b></p>	<p><b>"Sistemas de monitoramento possibilitam o acompanhamento e aperfeiçoamento dos programas. A exemplo do programa "Mais Cultura nas Escolas"o Sistema de monitoramento é SIMEC."</b></p>

# SNAS - Análise do Modus Operandi

Classificação	Ideias força	Exemplo
<p data-bbox="202 268 434 596">Ideias Força que não foram detectadas na Análise Fundaj</p> <p data-bbox="195 758 421 786">Modus Operandi</p>	<p data-bbox="616 182 1151 289">Mecanismos como bonificação por desempenho e orçamento exclusivo são positivos para os programas federais</p>	<p data-bbox="1213 182 1841 247">"Programas com orçamento exclusivo tendem a ter maior probabilidade de execução"</p>
	<p data-bbox="585 304 1182 375">A capacitação dos melhores gestores é um método que visa multiplicar o conhecimento</p>	<p data-bbox="1219 304 1835 411">"Visando ampliar a capacitação de gestores são identificados os melhores para capacitá-los e que estes depois possam ser multiplicadores."</p>
	<p data-bbox="575 461 1188 568">Os planos de ação são pensados de baixo para cima, escutando as demandas das secretarias estaduais e municipais</p>	<p data-bbox="1213 461 1841 604">"O MEC é o proponente das diretrizes nacionais e cabe as secretarias estaduais e municipais de educação elaborar seus planos de ação a partir de suas demandas. "</p>
	<p data-bbox="600 646 1163 718">Existem programas que prezam muito pela participação social</p>	<p data-bbox="1213 646 1835 718">O programa utiliza a metodologia participativa em todos os momentos de trabalho</p>
	<p data-bbox="629 746 1134 818">O monitoramento é feito em torno do beneficiário para evitar volatilidade</p>	<p data-bbox="1213 746 1841 853">"A cada dois anos é feita uma avaliação em torno dos usuários/beneficiários no sentido de garantir as pessoas o acesso ao benefício;"</p>
	<p data-bbox="596 903 1166 975">A ausência de institucionalização gera uma dificuldade no repasse de recursos</p>	<p data-bbox="1213 903 1841 1011">"Secretarias municipais pouco estruturadas que dificulta o acesso as políticas, aos recursos e mais, a gastar os recursos."</p>
	<p data-bbox="571 1032 1195 1103">Existência de trabalho de campo para levar em conta as demandas feitas na ponta</p>	<p data-bbox="1213 1032 1841 1246">"Os estados realizam o diagnóstico e instituições de ATER fazem o acompanhamento por até 2 anos. Estes técnicos vão à campo para articular com outros atores e assim identificar as localidades mais vulneráveis e selecionar as famílias e as vocações econômicas existentes."</p>

# SNAS - Análise dos Resultados

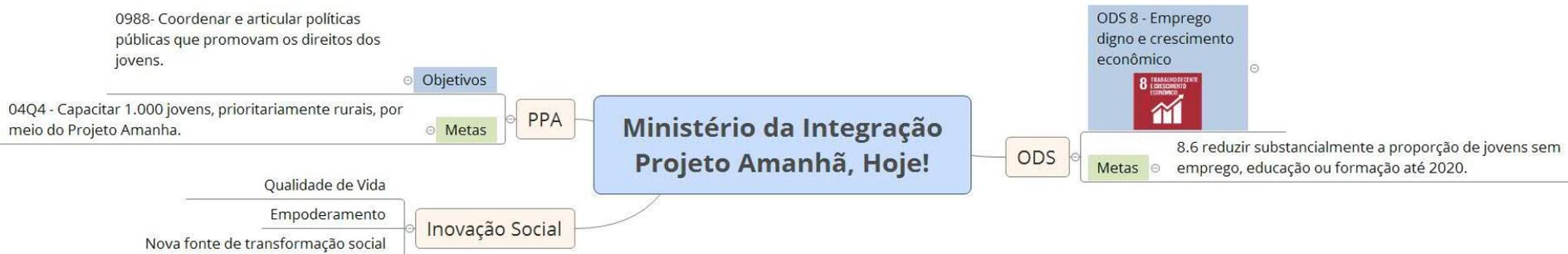
Classificação	Ideias força	Exemplo
<p style="text-align: center;">    <b>Resultados</b> </p>	<p>Diversos projetos levam em conta as demandas feitas na ponta</p>	<p>"Projeto piloto sendo implementado, considerando a participação social, demanda local – Construção de 50 escolas indígenas."</p>
	<p>Necessidade de compreender regionalidades e flexibilizar as políticas públicas</p>	<p>"As políticas públicas são homogêneas para serem executadas num país tão diverso. A política não pode ser um pacote pronto."</p>
	<p>Parcerias são vistas como uma maneira de contornar as restrições orçamentárias</p>	<p>"Um meio de superar as restrições orçamentárias é o estabelecimento de boas parcerias."</p>
	<p>Os conselhos CRAS e CREAS são constantemente mencionados como portas de entrada para as políticas públicas nos municípios</p>	<p>"Os conselhos CRAS e CREAS, conselho de saúde ajudam a identificar as famílias participantes do programa. OS CRAS são instalados em áreas de vulnerabilidade e organizam os territórios."</p>
	<p>Os municípios pequenos (menores de 100 mil hab) têm dificuldade de realizar o monitoramento, por isso o governo federal o faz</p>	<p>"O programa pode ser implementado diretamente por municípios menores de cem mil habitantes, aqueles que não tiverem esse mínimo deverão recorrer ao estado e este solicitar o termo de adesão, o que facilita no monitoramento e avaliação do programa, pois, em maioria, os pequenos municípios possuem dificuldade nestes aspectos."</p>
	<p>Parcerias entre associações locais e o governo federal auxiliam na capacitação dos beneficiários</p>	<p>"O MDS faz formação/capacitação nos estados para elaboração e monitoramento do programa, através de convênios ou termos de parceria;"</p>

# PROGRAMAS E O ALINHAMENTO COM PPA E ODS

# ALAVANCA PARA O PLANEJAMENTO INTEGRADO – ODS/PPA



# SNAS - ALINHAMENTO PPA, ODS E INOVAÇÃO SOCIAL

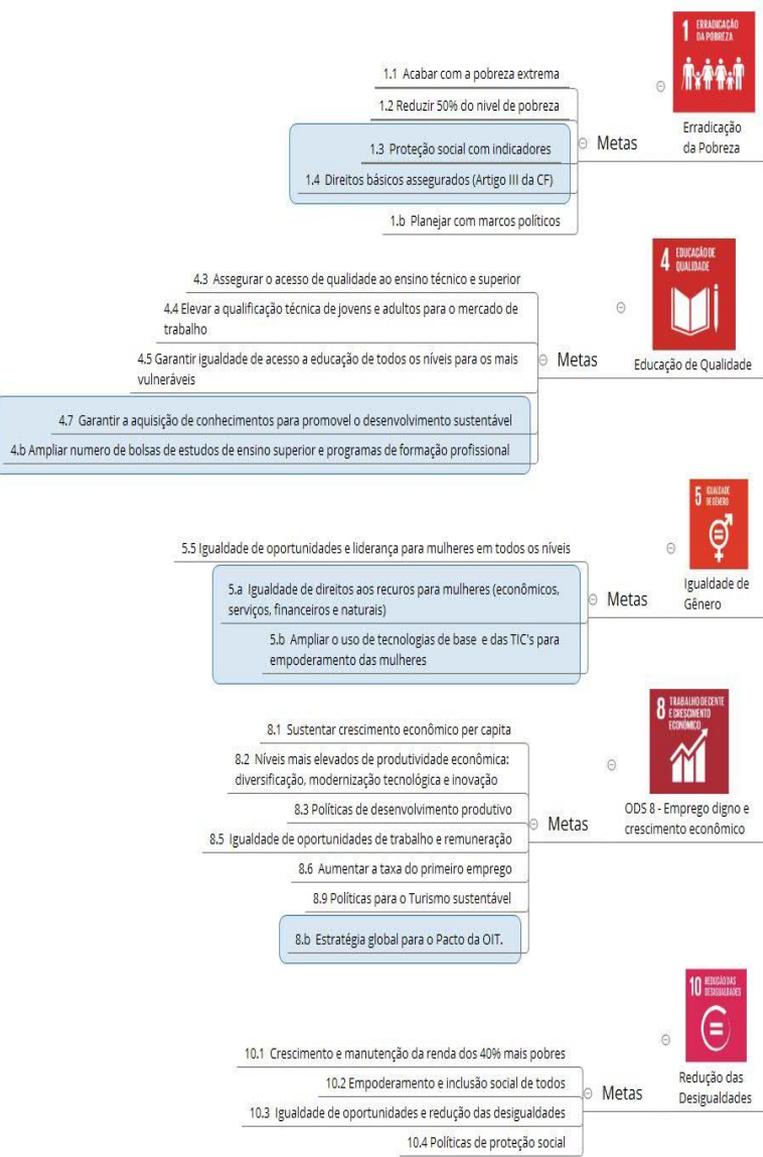


# SNAS - ALINHAMENTO PPA, ODS E INOVAÇÃO SOCIAL

## Ministério da Integração Projeto Amanhã, Hoje!

O que é: O Projeto Amanhã é um programa social da Codevasf com grande alcance, principalmente nas comunidades rurais de sua área de atuação, e que tem por finalidade fomentar a organização e a capacitação dos jovens rurais na faixa etária de 14 a 26 anos, matriculados em instituições de ensino formal, oportunizando-lhes qualificação e preparação para a obtenção do primeiro emprego, para atuarem com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agroindustriais.

### ODS



### PPA

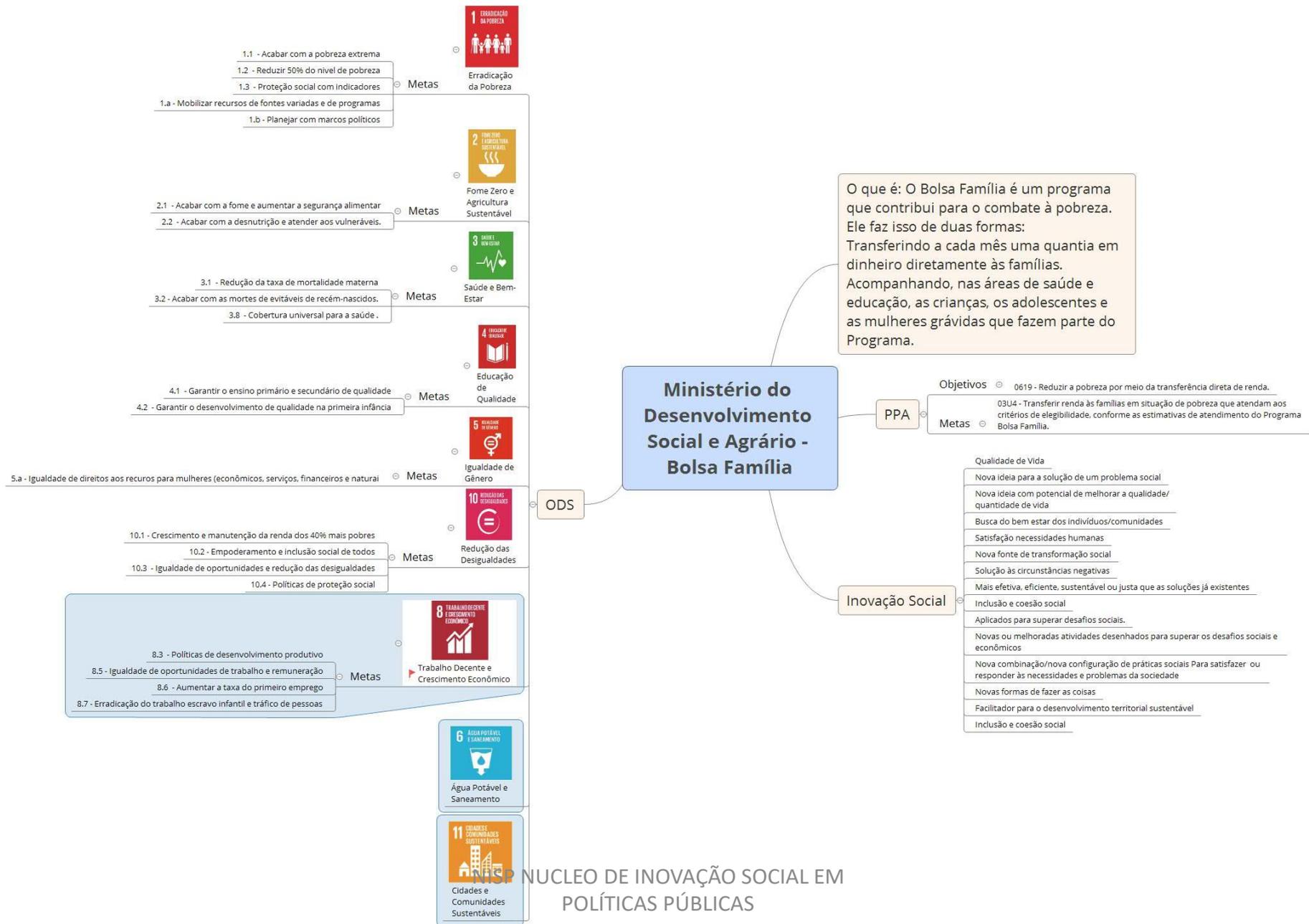
- Objetivos
  - 0988- Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.
- Metas
  - 04Q4 - Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanhã.

### Inovação Social

- Qualidade de Vida
- Empoderamento
- Nova fonte de transformação social
- Nova ideia com potencial de melhorar a qualidade/quantidade de vida
- Novas ideias que satisfazem necessidades sociais e criam novas relações/colaborações sociais
- Novas formas de fazer as coisas
- Inclusão e coesão social



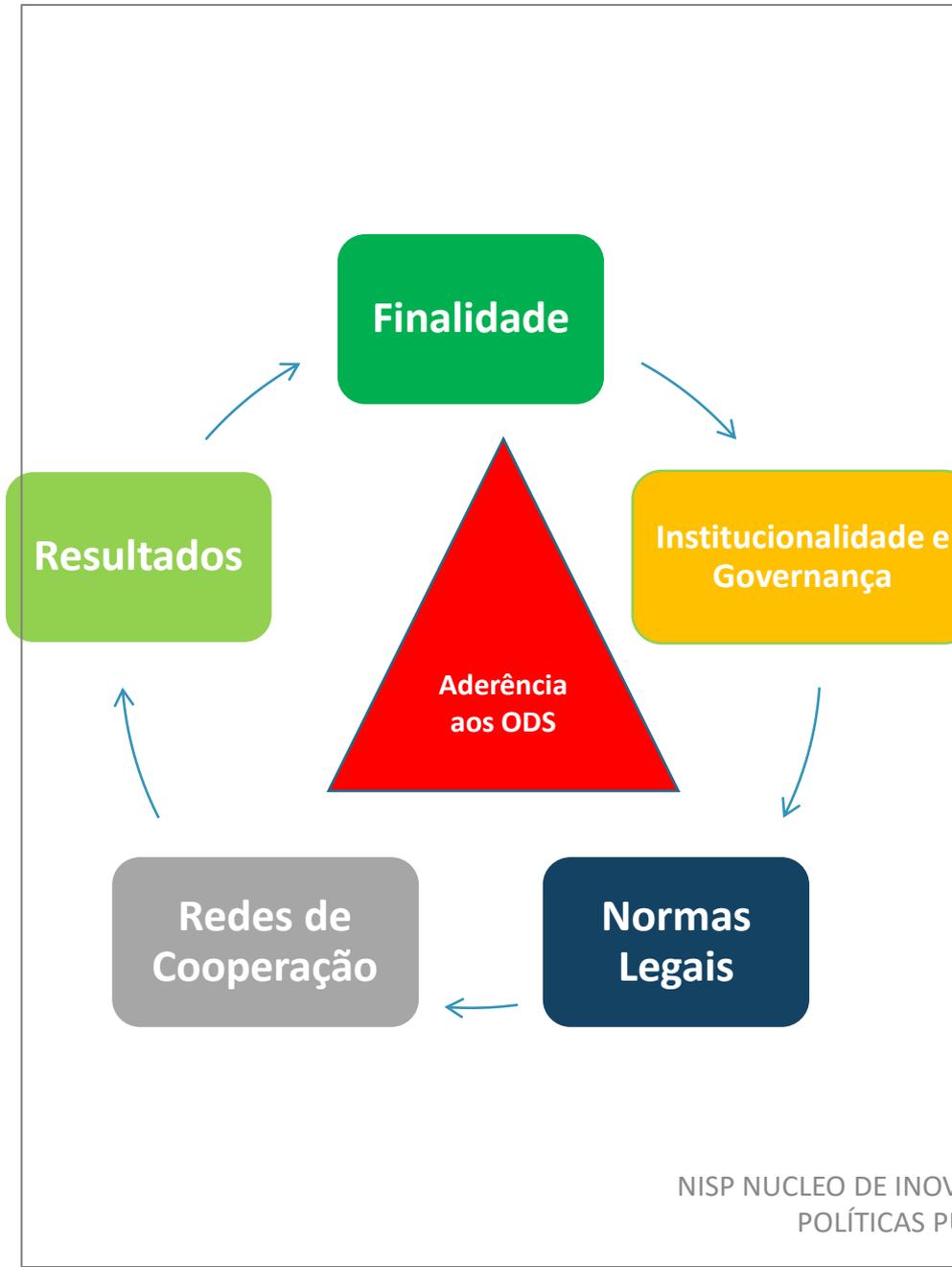
# SNAS - ALINHAMENTO PPA, ODS E INOVAÇÃO SOCIAL



# ANÁLISE COMPARADA

NISP NUCLEO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS

# Análise Situacional Geral: Perfis de Programas



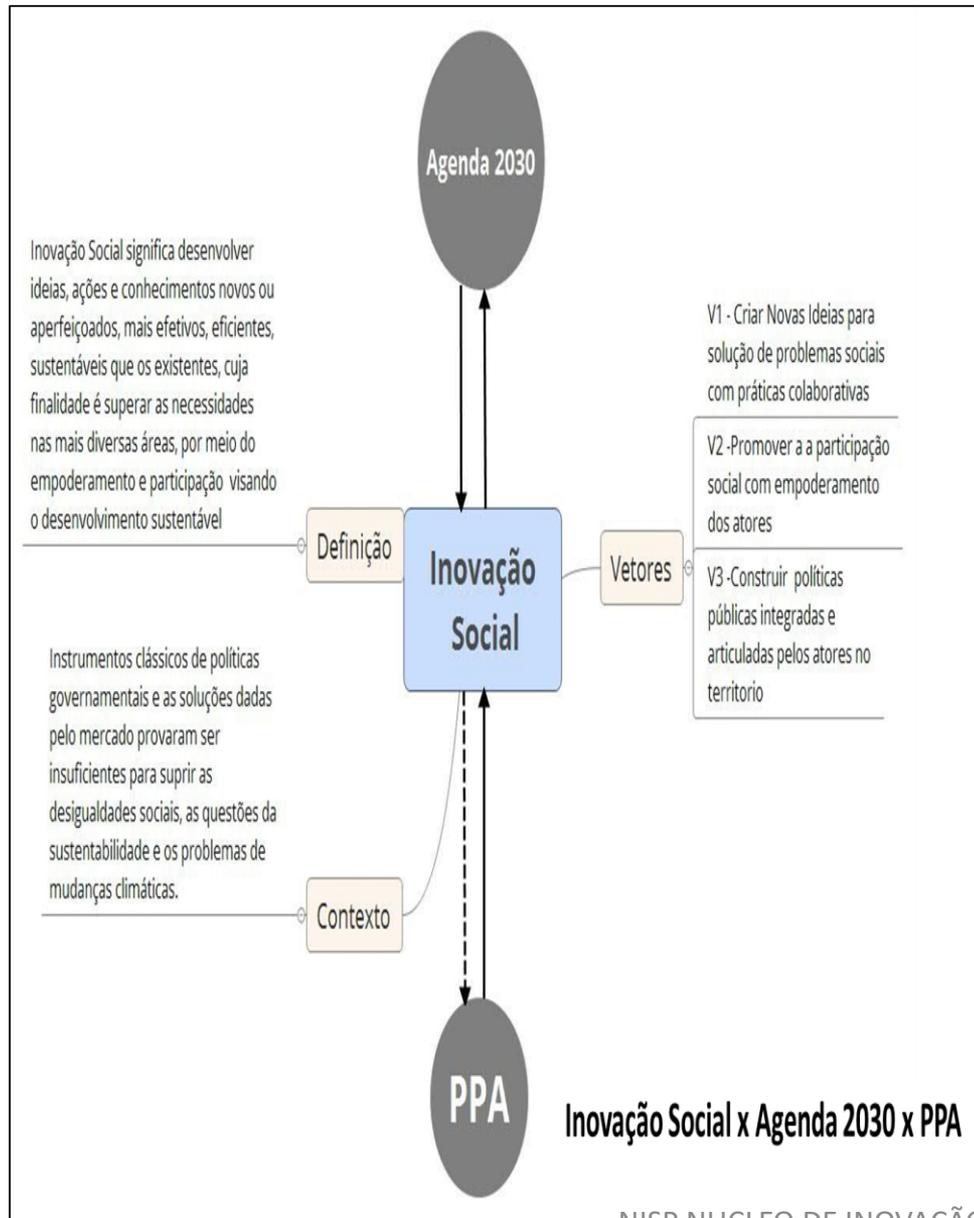
## PERFIL 1

Modelo não Clássico, misto topdown com **bottom up**, tentativa de organização da demanda, alcance limitado e ênfase na sustentabilidade e inclusão social. Institucionalidade frágil em função da natureza da norma legal. Redes de cooperação são prioridades mas carecem de sustentação Aderência aos ODS limitada, mas perceptível. Resultados pouco perceptíveis e de eficácia restrita

## PERFIL 2:

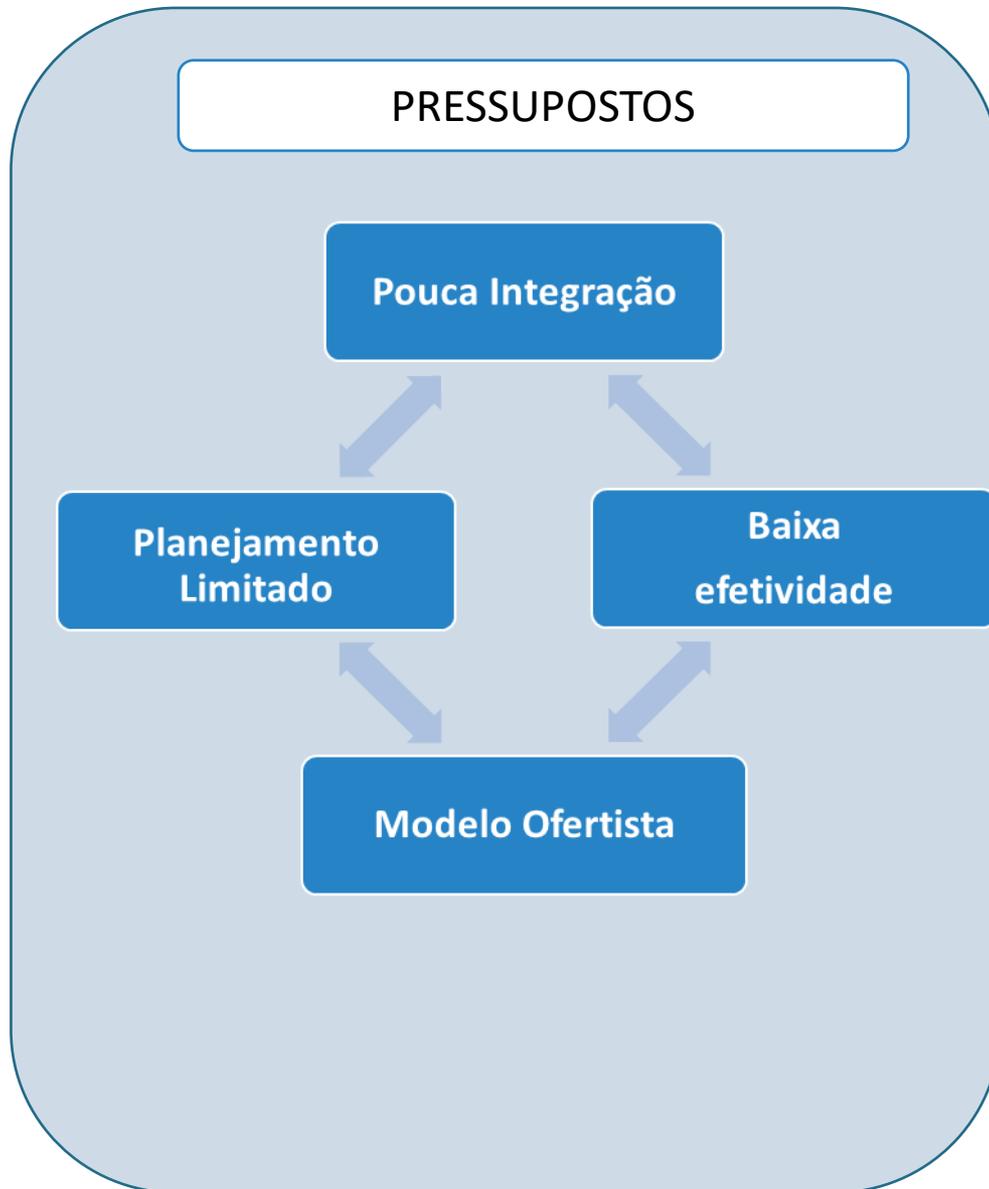
Modelo Clássico, ofertista, topdown, ênfase na redução das desigualdades, na educação e no emprego. Alcance amplo de público-alvo e território. Organização da demanda na operação, integração com o território em função da forte institucionalidade e da, quase sempre, rigidez da norma legal. Integração entre atores, governança e redes de baixa complexidade suporta a operação. Baixa aderência aos ODS. Resultados perceptíveis, eficientes, mas a eficácia é variável.

# Análise Situacional Geral: Perfis de Programas



**Perfil 1: Alinhamento detectado com vetores da Inovação Social (novas iniciativas, empoderamento e participação, políticas integradas no território). PPA desenhado sem alinhamento direto aos ODS, mas contemplando parte deles**

**Perfil 2: Alinhamento não detectado (*a priori*) com vetores da Inovação Social, embora ações contemplem políticas integradas no território. ). PPA desenhado sem alinhamento direto aos ODS, mas contemplando parte deles**



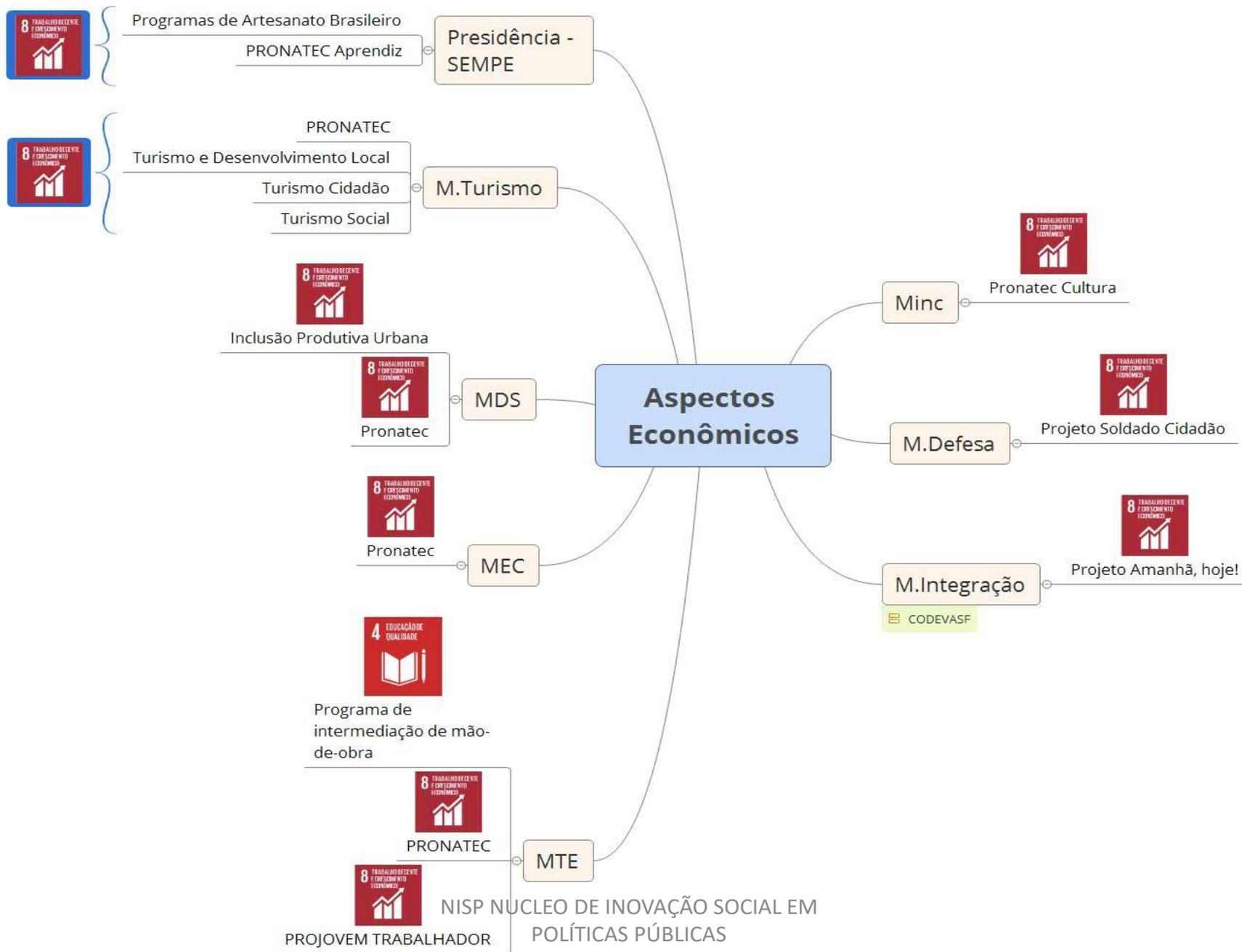
**1. PRESSUPOSTOS IDENTIFICADOS E DESCRITOS, MAS HÁ ENUNCIADOS QUE ANULAM SEUS EFEITOS SEKAM ELES POSITIVOS OU NEGATIVOS.**

**2. A ANÁLISE SITUACIONAL REALIZADA EXIGE A CONFIRMAÇÃO (OU NÃO) A PARTIR DA APRECIACÃO DOS RESULTADOS NOS TERRITÓRIOS**

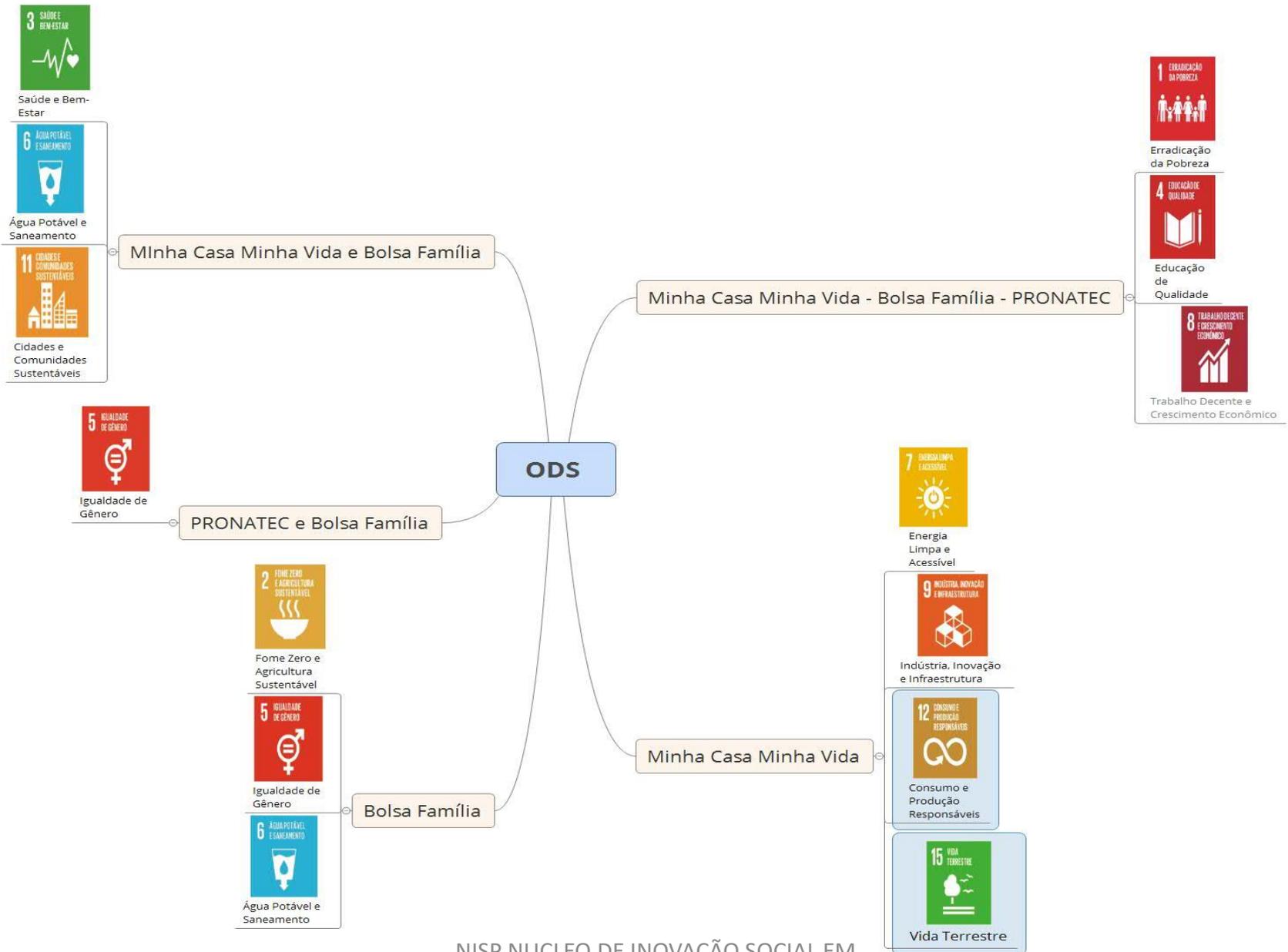
# ALINHAMENTO INOVAÇÃO SOCIAL



# Análise Situacional – Integração de Programas



# Análise Situacional – Integração de Programas



# Resultados das entrevistas nos Territórios

## EIXO 1 - CONCEPÇÃO E GESTÃO DE PROGRAMAS

### Integração de ações

- Pouca integração entre ações governamentais entre os diferentes setores e níveis de governo
- Burocracia excessiva

### Planejamento e sustentabilidade

- Descontinuidade de programas federais devido a interferências políticas
- Falha na concepção e/ou planejamento dos programas federais
- Baixo conhecimento sobre a Agenda 2030

### Recursos financeiros, humanos e físicos

- Contrapartida aquém da capacidade dos municípios (subfinanciamento)
- Escassez de recursos financeiros para implementação de programas federais
- Baixa qualificação dos governos municipais para gerir programas e recursos

### Participação e Controle social

- O desenho de políticas públicas nem sempre leva em consideração a realidade dos territórios dos beneficiários
- Pouca participação social na concepção dos programas federais
- Baixo conhecimento da população e dos conselhos quanto aos programas federais vigentes (pouca divulgação pelo Governo Federal)
- Canais limitados de informação sobre programas federais
- Limitada capacitação dos conselheiros para o exercício das funções
- Baixa capacitação dos beneficiários para participarem dos processos de desenvolvimento e implementação dos programas federais

# Resultados das entrevistas nos Territórios

## EIXO 2 - INSTITUCIONALIDADE, REDES DE COOPERAÇÃO E GOVERNANÇAINSTITUCIONALIDADE, REDES DE COOPERAÇÃO E GOVERNANÇA

### Integração

- Limitada comunicação entre os diferentes níveis de governo

### Participação e Controle social

- Baixo acesso à informação sobre programas federais dificultando conhecimento e adesão aos programas pelos municípios e beneficiários
- Pouca participação popular/dos beneficiários nos conselhos
- Pouca integração entre os conselhos locais e entre os mesmos com os conselhos estaduais e federais
- Limitados recursos humanos e financeiros para que se exerçam as funções dos conselhos efetivamente

# Resultados das entrevistas nos Territórios

## EIXO 3 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

### Avaliação e Monitoramento

- Limitada avaliação das políticas públicas in loco
- Baixa qualificação dos governos municipais para atividades de monitoramento e avaliação
- Complexidade de linguagem utilizada em prestações de contas dificultam o entendimento por parte dos conselheiros
- Precária infraestrutura de Tecnologia da Informação dificulta a avaliação e monitoramento

### Participação e Controle social

- Pouca participação social na fiscalização e controle de programas federais

# Resultados das Oficinas Participativas

## EIXO 1 - CONCEPÇÃO E GESTÃO DE PROGRAMAS - Diretrizes

**A oferta de programas federais de deve proceder o levantamento de demandas territoriais**

**A concepção deve estar pautada no planejamento de longo prazo e na participação de atores no território**

**Os critérios de repartição de deveriam levar em consideração a capacidade dos municípios de gerir e participar do financiamento desses programas.**

**As informações produzidas pelo Governo Federal ser aperfeiçoadas e revisadas e disponibilizadas equipes para suporte técnico permanente aos municípios.**

# Resultados das Oficinas Participativas

## EIXO 2 - INSTITUCIONALIDADE, REDES DE COOPERAÇÃO E GOVERNANÇAINSTITUCIONALIDADE, REDES DE COOPERAÇÃO E GOVERNANÇA - Diretrizes

**Fortalecimento do papel de cada um dos agentes neste processo a partir de uma agenda cooperativa.**

**A ação integrada entre os atores do território poderia ser estimulada através de estruturação de plano de capacitação continuada**

**A integração dos conselhos deveria ser estimulada por meio de instrumentos legais para aperfeiçoamento de suas ações**

**A participação e controle social poderiam ser estimulados por meio de ampliação da conscientização do papel dos conselhos**

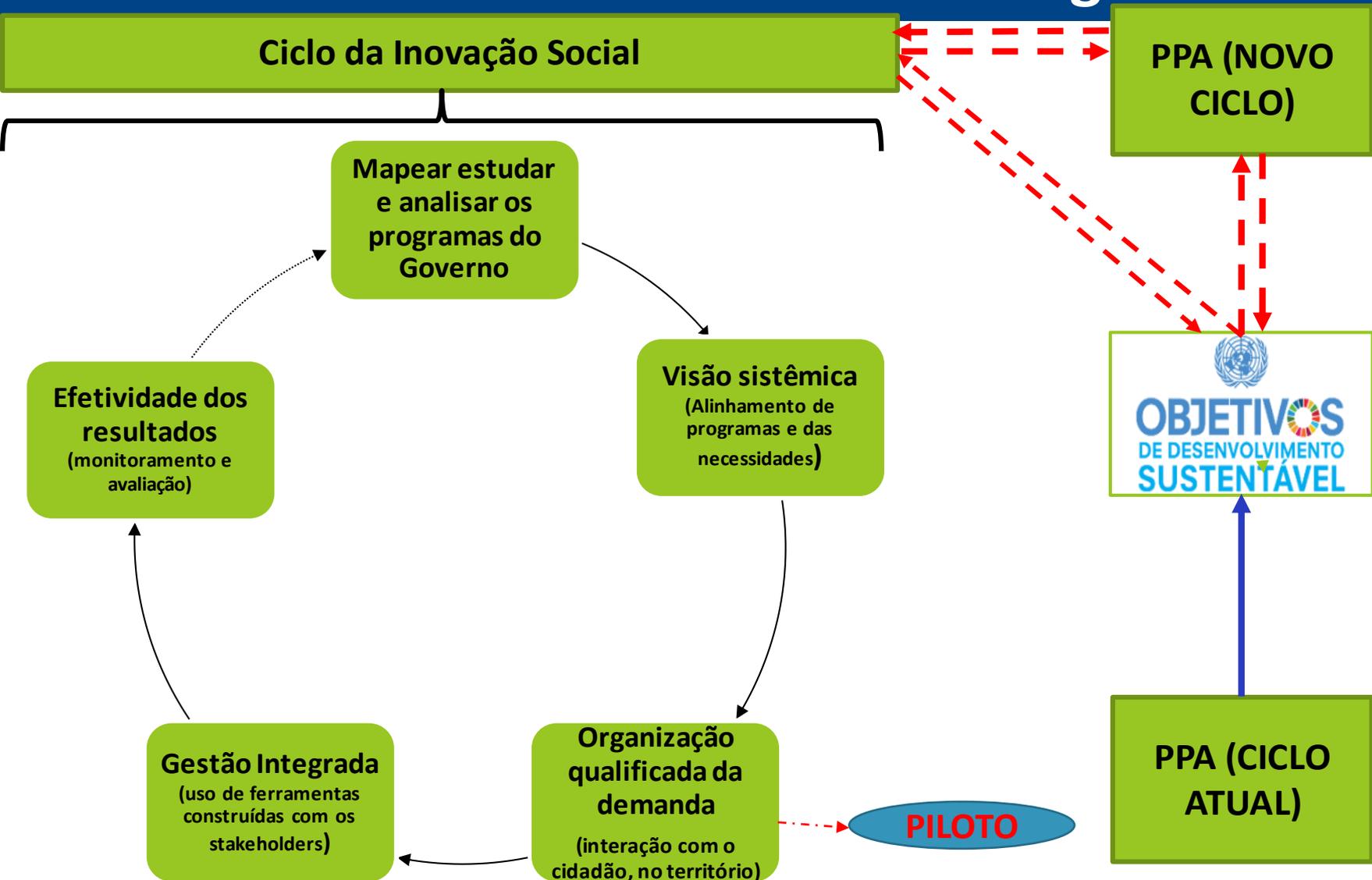
# Resultados das Oficinas Participativas

## EIXO 3 - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - Diretrizes

A forma de repasse de recursos públicos deveria levar em consideração o quantitativo de serviços prestados (subfinanciamento)

**As ações integradas deveriam ser estimuladas através da participação de todos os atores no monitoramento,**

# Resultado Desenho Estratégico



# O PROCESSO E AS APLICAÇÕES

PASSADO + PRESENTE

Rede 10

E1 – Seleção de Programas Federais

E6 - **Análise Refinada** dos Resultados da Etapa 2  
**(ETAPA ATUAL)**

E7 - **Análise Refinada** dos Resultados da Etapa 3 a partir dos resultados da Etapa 6

E2 – Entrevistas em Brasília com os gestores

E5 – **Seminário Internacional**

E8 - **Análise Refinada** dos Resultados das Oficinas a partir dos resultados da Etapa 7

E3 – Entrevistas em territórios selecionados

E4 – **Oficinas de Planejamento** nos Territórios

**Relatório Final**

APLICAÇÕES

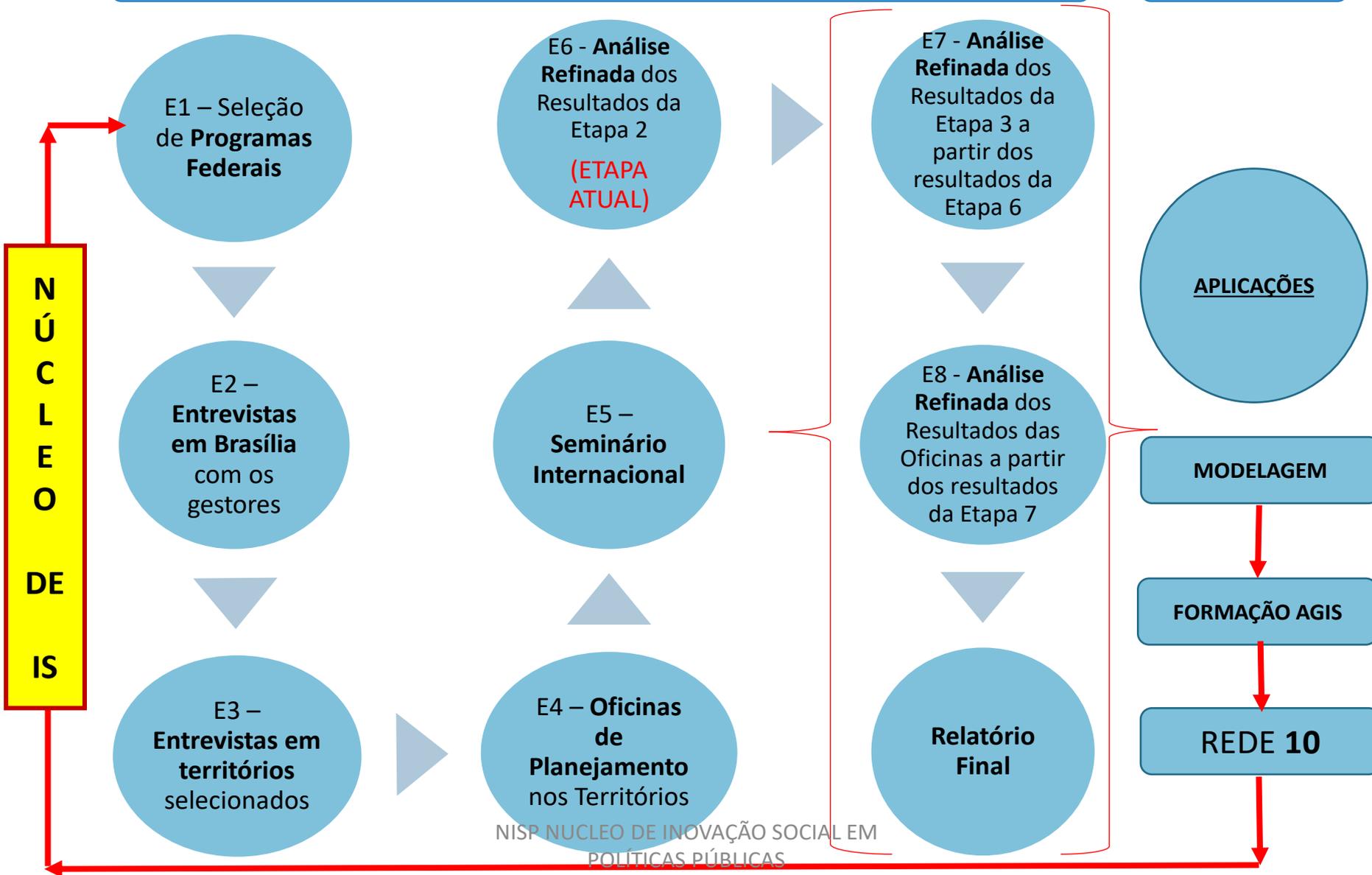
**MODELAGEM**

**FORMAÇÃO AGIS**

**REDE 10**

NISP NÚCLEO DE INOVAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

N  
Ú  
C  
L  
E  
O  
  
D  
E  
  
I  
S



# Programa Nacional de Educação para Cidadania e Inovação Social



**Agentes de Gestão de Inovação Social (AGIS):**

**atuação vinculada à instância municipal formal (prefeitura, conselho) responsável para facilitar a construção de rede de relacionamento multinível e multiplicar as práticas de Educação para Cidadania para montagem de Rede Nacional de Inovação Social para Aperfeiçoamento das Políticas Públicas.**



**Meta do Curso:**

**Formação de 90 Agentes Locais de IS em 45 Municípios nos 8 territórios trabalhados no Projeto de IS em três módulos**

# Rede Nacional de Inovação Social para Aperfeiçoamento das Políticas Públicas

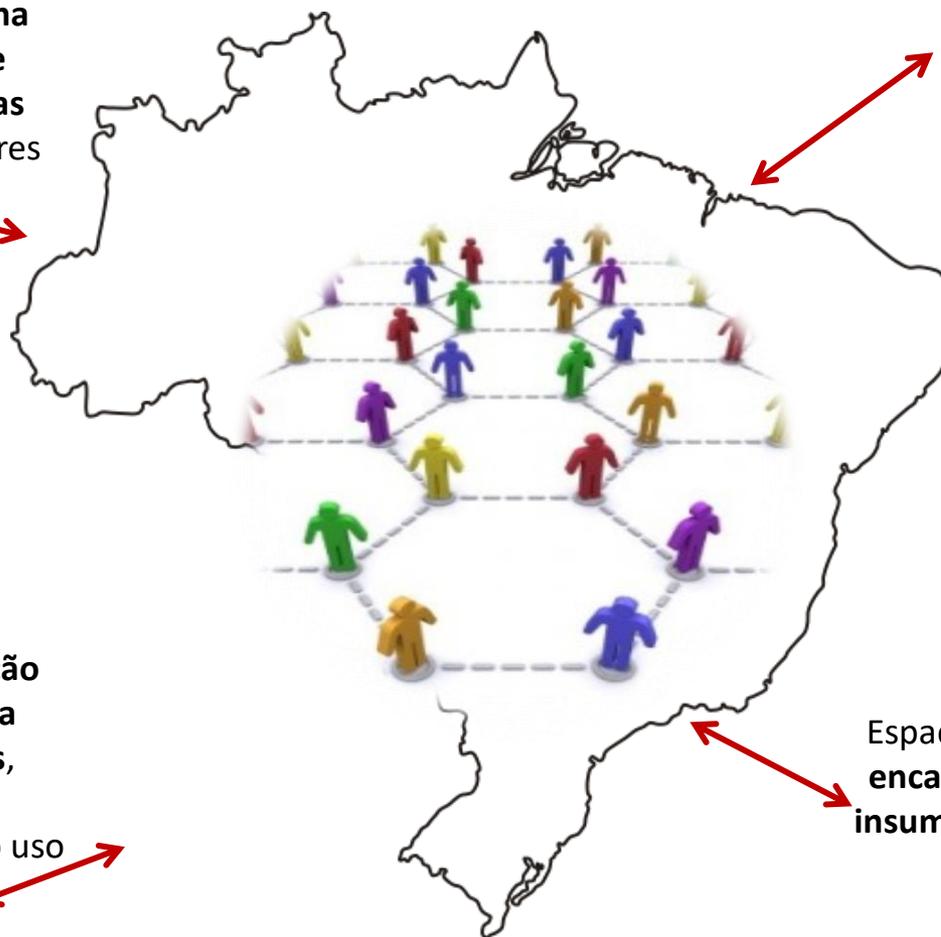
## PROTÓTIPO DE REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA E INOVAÇÃO SOCIAL

Desenvolvimento de **Plataforma para analisar informações que serão interpretadas e utilizadas** nas esferas de atuação de atores locais

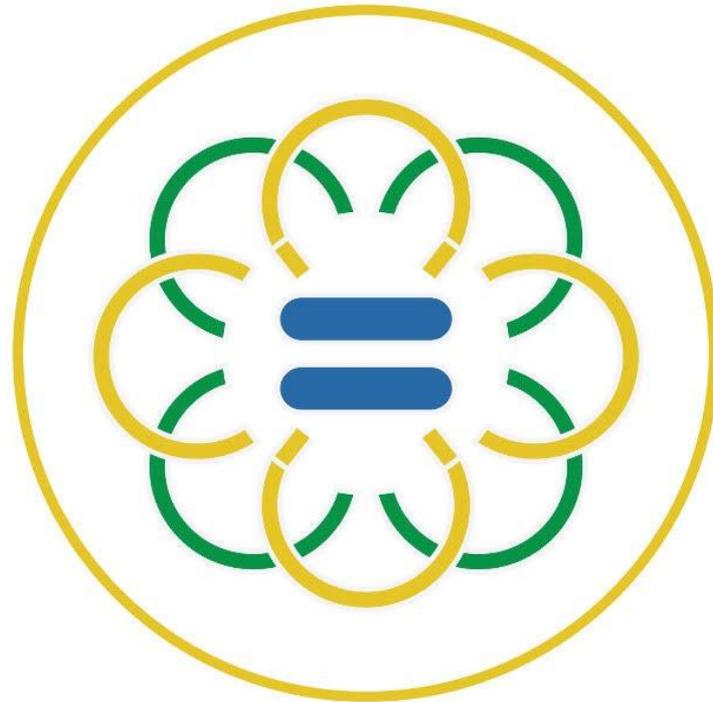
**Visa alcançar simultaneamente todos os níveis de governo** de concepção, aperfeiçoamento e operação de programas governamentais

**Estimular a participação de Agentes de Gestão de Inovação Social (AGIS) para promover a mobilização dos atores locais,** com suporte à coleta de informações no território, e o uso de TI para construção de interfaces.

**Espaço de fomento à discussão e encaminhamento qualificado de insumos para aperfeiçoamento de políticas públicas**



# Oficina Nacional Inovação Social e Redução das Desigualdades



# Oficina Nacional

- **Gestores dos programas Federais nos Ministérios;**
- **Gestores dos Governos estaduais**
- **Gestores Municipais de todo o Nordeste + ES**



- **Validação dos Achados de Pesquisa**
- **Proposição de Soluções**

- **Formação de Rede Colaborativa**

# Motivação



Pesquisa Estratégias de **Inovação Social** como Vetor de Indução e Aperfeiçoamento das Políticas Públicas

# Visões Comparadas dos Programas Federais

## DECLARAÇÕES - GESTORES FEDERAIS

## DECLARAÇÕES - GESTORES MUNICIPAIS

Promovem a Interiorização e Vinculos Territoriais

Desenvolvidos a partir das Características Sócioeconômicas e Ambientais do Território

Integração com o Mercado de Trabalho

Estimulam a Participação e Controle Social

Promovem a formação Intra e Extramuros do Governo Federal

Ampliam a Renda e acesso a Bens e serviços

Alcançam a população em Extrato de Renda Abaixo da Linha de Pobreza, Desempregados e Subempregados

Integração entre áreas setoriais

Baixa capacidade técnica de demandantes de programas;  
Mudança na gestão de programas dificultam a integração entre ministérios;  
Repartição de obrigações com estados e municípios limitam a capacidade operação na ponta

Atigem Populações pouco atendidas e Territórios Pouco Alcançados

Não consideram as especificidades locais (perfil dos beneficiários, demandas locais, projetos inadequados para a região)

Os Conselhos têm pouco ou nenhum protagonismo nos municípios;  
Falta de Integração entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Federais.

Faltam recursos humanos capacitados e em quantidade adequada para operar os programas ;

Caráter Assistencialista dos programas;

Os programas federais e estaduais de transferencia de renda e de atenção básica ao cidadão são os mais reconhecidos pelos municípios

Necessidade de integração entre a gestão operacional do programa e o município

Municípios não participam da elaboração dos programas federais

Critérios de elegibilidade limitam o acesso dos municípios aos programas

Programas geram despesas incompatíveis com o orçamento do município

# O QUE A PESQUISA NOS MOSTRA

**INOVAÇÃO  
SOCIAL** como  
estratégia para  
aperfeiçoamento  
das políticas  
públicas e  
redução das  
desigualdades

## Desafios a serem enfrentados

- **Identificar problemas reais que afetam o dia a dia das pessoas**
- **Monitorar e avaliar** programas de forma sistemática
- Reestruturar o modelo de **Planejamento**
- **Fortalecer a institucionalidade das ações** governamentais
- **Formar gestores** públicos em todos os níveis
- Promover **redes de colaboração** entre agentes

# Contribuições desta Oficina

1. COMO VIABILIZAR O ACESSO DOS MUNICÍPIOS AOS PROGRAMAS DE GOVERNO?

2. COMO AMPLIAR A **INTEGRAÇÃO VERTICAL** (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E **HORIZONTAL** (EM UMA MESMA INSTÂNCIA) DOS PROGRAMAS DE GOVERNO?

3. COMO TORNAR OS PROGRAMAS DE GOVERNO **MAIS EFETIVOS** NOS MUNICÍPIOS?

4. FORMAÇÃO DA REDE 100

# RESULTADOS DA OFICINA

## **Questão 2: COMO AMPLIAR A INTEGRAÇÃO VERTICAL (ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E HORIZONTAL (EM UMA MESMA INSTÂNCIA DE GOVERNO) DOS PROGRAMAS DE GOVERNO?**

- **Pontos para Discussão:**

- Os consórcios municipais aumentam a capacidade de acessar e executar os programas federais;
- Mudanças dos gestores e das regras dos programas durante sua execução geram insegurança jurídica;
- Municípios têm pouca independência financeira e ficam reféns de emendas parlamentares e repasses de governo para atender as demandas da população;
- Falta de integração entre programas federais das áreas social, saúde e educação, gera lacunas na implementação deles;
- Existe pouco envolvimento da sociedade nos processos participativos do seu município;
- Não existe reconhecimento do Conselho pelos Gestores Municipais;
- Políticas públicas pensadas a partir dos conselhos nas três esferas são mais efetivas e uma possibilidade para a construção de políticas horizontais.

# RESULTADOS DA OFICINA

## Questão 3: COMO VIABILIZAR O ACESSO DOS MUNICÍPIOS AOS PROGRAMAS DE GOVERNO?

- **Pontos para Discussão:**

- As exigências do Governo Federal para a adesão dos municípios aos programas dificultam o acesso aos mesmos principalmente dos municípios de menor porte;
- Os programas geram despesas incompatíveis com orçamento do município;
- Os programas federais são bem estruturados, mas na hora de sua execução fogem da realidade dos municípios (tanto em relação a vocação regional como alocação de recursos);
- O Problema de Subfinanciamento dos programas federais é grave: O repasse dos recursos por parte do Governo Federal não atende à realidade dos municípios;
- Programas federais paralisam por questões de recursos, prestações de contas, burocracia etc. (MCMV, Pronatec).

# RESULTADOS DA OFICINA

## Resultados - Visão Resumida

### **Questão 1: COMO TORNAR OS PROGRAMAS DE GOVERNO MAIS EFETIVOS NOS MUNICÍPIOS?**

#### **Solução Proposta:**

Elaboração de políticas públicas com diretrizes gerais, com flexibilidade para as especificidades regionais e locais, a fim de gerar programas adaptáveis, não exclusivamente assistencialistas, com financiamento público adequado, além de acompanhamento e avaliação em todas as fases.

# RESULTADOS DA OFICINA

## Resultados - Visão Resumida

**Questão 2: COMO AMPLIAR A INTEGRAÇÃO VERTICAL (ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E HORIZONTAL (EM UMA MESMA INSTÂNCIA DE GOVERNO) DOS PROGRAMAS DE GOVERNO?**

### **Soluções Propostas:**

Criação de um fórum amplo e descentralizado, com a participação de instâncias de governança de políticas e programas do território nacional, regional e local (conselhos, consórcios, audiências públicas), a fim de promover a integração das políticas públicas;

Manutenção de quadro técnico efetivo nos municípios, para que seja possível dar continuidade à gestão local no que se refere aos programas de governo.

# RESULTADOS DA OFICINA

## Resultados - Visão Resumida

### Soluções Propostas:

Criação de um escritório de apoio para atendimento das demandas conceituais e de assistência técnica dos municípios relacionadas aos programas do governo, com o apoio da sociedade civil;

Criação de canal institucional (plataformas amigáveis e informativas em sites como os Portais da Transparência, por exemplo, sobre políticas públicas no nível federal, estadual e municipal com informações específicas, inclusive de boas práticas de gestão);

Garantia de recurso orçamentário, com simplificação dos processos de repasse, a fim de que os municípios possam executar os programas;

Capacitação de gestores municipais sobre os programas de governo em nível conceitual e técnico.

-

# RESULTADOS DA OFICINA: VISÃO ANALÍTICA

## QUESTÃO 1: COMO TORNAR OS PROGRAMAS DE GOVERNO MAIS EFETIVOS NOS MUNICÍPIOS?

<b>PONTOS PARA DISCUSSÃO</b>	<b>PRINCIPAIS PROBLEMAS</b>	<b>SOLUÇÕES</b>
<p>Estrutura escassa dos municípios do entorno sobrecarregam município polo</p> <p>Os programas são elaborados sem considerar as características e as demandas socioeconômicas locais</p> <p>Os programas exclusivamente assistencialistas não promovem a emancipação do beneficiário</p> <p>As prefeituras dependem dos programas federais e estaduais de atenção básica (Saúde, Educação e Assistência Social) para atendimento da população</p> <p>Os programas de transferência de renda são importantes para a economia dos municípios;</p>	<p>Alto grau de desigualdade (territorial e social), com a falta de mecanismo de integração e colaboração entre as políticas públicas, e a ausência do diagnóstico sistêmico a partir dos territórios</p> <p>Não considerar os aspectos regionais e territoriais na elaboração de políticas públicas</p> <p>Descumprimento da regularidade da transferência de recurso financeiro. Políticas que não refletem a realidade dos municípios sem visão integrada entre os setores e territórios</p> <p>Os programas e ações são elaborados sem considerar as características fisiográficas as demandas socioeconômicas locais e capacidade financeira, bem como dimensionamento e compartilhamento de serviços de bem-estar dos municípios</p>	<p>Criação de uma agenda estratégica territorial de diminuição das desigualdades com financiamento público adequado</p> <p>Elaborar políticas públicas com diretrizes gerais, com flexibilidade para as especificidades regionais e locais</p> <p>Cumprimento do cronograma pactuado. Formular políticas não exclusivamente assistencialistas que reflitam a realidade dos municípios</p> <p>Diagnóstico e planejamento regionais, gerando programas flexíveis com acompanhamento e avaliação em todas as fases.</p>

# RESULTADOS DA OFICINA: VISÃO ANALÍTICA

## QUESTÃO 2: COMO AMPLIAR A INTEGRAÇÃO VERTICAL (ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL) E HORIZONTAL (EM UMA MESMA INSTÂNCIA DE GOVERNO) DOS PROGRAMAS DE GOVERNO?

<b>PONTOS PARA DISCUSSÃO</b>	<b>PRINCIPAIS PROBLEMAS</b>	<b>SOLUÇÕES</b>
<p>Os consórcios municipais aumentam a capacidade de acessar e executar os programas federais</p> <p>Mudanças dos gestores e das regras dos programas durante sua execução geram insegurança jurídica</p> <p>Municípios têm pouca independência financeira e ficam reféns de emendas parlamentares e repasses de governo para atender as demandas da população</p> <p>Falta de integração entre programas federais das áreas social, saúde e educação, gera lacunas na implementação deles</p> <p>Existe pouco envolvimento da sociedade nos processos participativos do seu município</p> <p>Não existe reconhecimento do Conselho pelos Gestores Municipais</p> <p>Políticas públicas pensadas a partir dos conselhos nas três esferas são mais efetivas e uma possibilidade para a construção de políticas horizontais</p>	<p>Falta de articulação, cooperação, comunicação, governança e centralidade na família, ressaltando a fragilidade dos mecanismos de controle social</p> <p>Déficit de governança de políticas e programas do território brasileiro</p> <p>Falta de integração (horizontal e vertical) e transversalidade entre programas de todas as áreas, principalmente saúde, assistência social e educação, gera lacunas na implementação deles</p> <p>Falta de continuidade</p> <p>Sombreamento de ações</p> <p>Baixa dialogicidade entre as esferas de governos</p>	<p>Criar um fórum amplo, robusto e unificado que promova a articulação e integração das políticas públicas e que seja descentralizado, com fortalecimento dos mecanismos de controle social</p> <p>Aprimorar instâncias de governança de políticas e programas do território nacional, regional e local (conselhos, consórcios, audiências públicas)</p> <p>Formulação e avaliação das políticas devem ser feitas com as instâncias representativas de gestores municipais e estaduais</p> <p>Criação de estruturas de governança que contemplem a multidimensionalidade, intersetorialidade e atuação multinível das ações do governo federal</p> <p>Municípios deveriam ter quadro técnico efetivo que possa dar continuidade à gestão local</p>

# RESULTADOS DA OFICINA: VISÃO ANALÍTICA

<b>QUESTÃO 3: COMO VIABILIZAR O ACESSO DOS MUNICÍPIOS AOS PROGRAMAS DE GOVERNO?</b>	<b>PONTOS PARA DISCUSSÃO</b>	<b>PRINCIPAL PROBLEMA</b>	<b>SOLUÇÃO</b>
<p>As exigências do Governo Federal para a adesão dos municípios aos programas dificultam o acesso aos mesmos principalmente dos municípios de menor porte;</p> <p>Os programas geram despesas incompatíveis com orçamento do município;</p> <p>Os programas federais são bem estruturados, mas na hora de sua execução fogem da realidade dos municípios (tanto em relação a vocação regional como alocação de recursos)</p> <p>O Problema de Subfinanciamento dos programas federais é grave: O repasse dos recursos por parte do Governo Federal não atende à realidade dos municípios</p> <p>Programas federais paralisam por questões de recursos, prestações de contas, burocracia etc. (MCMV, Pronatec)</p>	<p>Excesso de burocracia, falta de assistência técnica e qualificação continuada dos funcionários no município, e dificuldade do acesso à informação sobre os programas e políticas públicas</p> <p>Falta de capacidade instalada decorrente da baixa capacidade institucional</p> <p>Excesso de normativas e ferramentas tecnológicas no repasse de recurso. Falta de infraestrutura operacional mínima para execução dos programas nos municípios</p> <p>Programas federais paralisam por questões de recursos, prestações de contas, burocracia etc.</p> <p>O repasse dos recursos por parte do Governo Federal não atende à realidade dos municípios. Tratamento igual para pequenos e grandes municípios</p>	<p>Desburocratização e criação de um escritório/canal institucional de apoio para atendimento das demandas dos municípios relacionadas aos programas do governo com apoio da sociedade civil (utilizando as estruturas federais e estaduais, principalmente de educação, existentes nos territórios)</p> <p>Plataformas estruturadas e amigáveis sobre políticas públicas no nível federal, estadual e municipal com informações específicas, a serem disponibilizadas nos Portais da Transparência</p> <p>Desburocratização e simplificação dos processos de repasse de recursos. Governo federal e estadual garantir recursos orçamentário específicos para estruturação dos municípios com vista a executar os programas</p> <p>Código de Gestão e plataforma de boas práticas de gestão para os pequenos municípios</p> <p>Capacitação de gestores e disponibilidade de canais de orientação de assistência técnica para auxiliar com prestação de contas e outras questões</p>	

## CONCLUSÕES

- Tendo por base as oficinas de consolidação dos resultados nos territórios e a Nacional sugere-se como diretrizes que:
  - a) O aperfeiçoamento das políticas públicas seja atingido a partir da combinação de práticas de colaboração qualificada, organização da demanda e intersectorialidade. Também é fundamental a combinação de um contínuo processo de aprendizado que possibilite que governo, setor produtivo e sociedade civil moldem o processo de decisão baseado em um modelo de planejamento colaborativo, integrador e flexível;
  - b) O ciclo das políticas públicas tenha por base a cooperação entre atores e instituições, assim como regras claras que assegurem sustentabilidade às ações, com desenho de políticas pautado pela intersectorialidade (buscando estratégias colaborativas entre os vários níveis de governo e sociedade civil);
  - c) A geração de programas seja realizada a partir de arranjos institucionais constituídos por atores locais a partir de demandas originadas nos territórios (considerando suas características sociais, econômicas, ambientais, culturais etc.) e que sejam alinhadas às estratégias nacionais.

## RECOMENDAÇÕES

Dada a multidimensionalidade que problemas sociais frequentemente apresentam, soluções devem ter um caráter sistêmico e integrado. Dessa forma, a inter-relação e mesmo interdependência de desafios sociais em vários setores – saúde, educação, trabalho, entre outros – demandam que tanto a análise de problemas quanto a busca de soluções sejam feitas por equipes multidisciplinares que considerem a interação de diversos setores, gerando ações que se reforcem positivamente e evitando externalidades negativas intersetoriais. É essencial a integração entre os diversos ministérios para prevenir que políticas se anulem no território.

## RECOMENDAÇÕES

O fomento à inovação social passa não só pela integração de diferentes responsabilidades dentro da estrutura do governo, mas destas com outros setores da sociedade e todos os atores sociais relevantes. Para isso, é necessário que haja a cooperação entre diferentes administrações, níveis e locais, compartilhamento de infraestruturas e recursos, balanceamento de centralização e descentralização, bem como abordagens *top-down* e *bottom-up*. É fundamental que as vantagens comparativas sejam aproveitadas, de forma que o governo em seus três níveis, sociedade civil, o setor privado e instituições de ensino e pesquisa contribuam para que de fato haja o aprimoramento de políticas públicas e melhoria do bem-estar da população.

## RECOMENDAÇÕES

Inovar socialmente demanda mudanças algumas vezes de grande porte que por sua vez devem ser acompanhadas de um constante aprendizado acerca das causas de sucesso e fracassos de ações e influência de especificidades locais no andamento e resultado de políticas, possibilitando assim adaptações no decorrer da implementação e novas ações mais efetivas.

## RECOMENDAÇÕES

As atividades planejadas envolvem a aplicação contínua dos resultados da pesquisa. Reforçar a articulação com a com outros órgãos é fundamental para viabilizar a operacionalização de dois projetos já programado: inicialmente a Concepção e estruturação de um Projeto de Formação de Agentes de Inovação Social nos Municípios que atuaram como contraparte do Governo para captar e levar informações sobre as suas ações naquele território. Esse processo se dará através de uma Rede Nacional de Educação para Cidadania e Inovação Social presente em municípios que participaram diretamente desse trabalho. Mas o objetivo não é restringir a ação aos 45 municípios, mas replicar o método com outros parceiros.

# Referências

Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1).

Buzan, T. e Buzan, B. (1996). *The Mind Map Book*, Plume, 2a. edição, 320 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo, Atlas, 2010.

Habermas, J.. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Howaldt, J., & Schwarz, M. (2010). Social innovation. *Concepts, Research Fields, and International Trends*. Dortmund: Sozialforschungstelle Dortmund.

Layder, D.. **Sociological Practice: Linking Theory and Social Research**. Sage: London, 1998.

Moulaert, Frank, et al. (2005). "Towards alternative model (s) of local innovation." *Urban studies* 42.11: 1969-1990.

Moulaert, Frank, et al. (2017). *Social innovation as a trigger for transformations-the role of research*. Publications Office of the European Union.

Mulgan, G. (2007). *Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Said Business School.

Taylor, J. B. (1970), Introducing Social Innovation. *Journal of Applied Behavioral Science*, vol.6, no.1, p. 69-77